



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE JUNHO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Leila Barros, Veneziano Vital do Rêgo e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Wilder Moraes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às treze horas e quarenta e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 334, de 2023 - Terminativo** - que: "Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela rejeição da emenda nº 6/S oferecida em turno suplementar. **Resultado:** EM 20/6/2023, ANTES DA SUSPENSÃO DA REUNIÃO, A COMISSÃO REJEITA A EMENDA Nº 6-S AO SUBSTITUTIVO, POR 14 VOTOS CONTRÁRIOS, 5 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO. **Observação:** O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS 334/2023 É DADO COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADO. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM AS EMENDAS NºS 1, 39, 44, 48, 49 (COM AJUSTE REDACIONAL), 50, 51, 56, 76, 77, 78, 79, 80, 81 E 82-CAE; PELO ACOLHIMENTO PARCIAL DAS EMENDAS NºS 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 E 69 (NA FORMA DAS EMENDAS NºS 76 E 81-CAE); PELA PREJUDICIALIDADE DAS EMENDAS NºS 5, 17 E 65, E PELA REJEIÇÃO DAS DEMAIS EMENDAS. **Resultado:** APROVADO, O RELATÓRIO PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CAE, FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM AS EMENDAS NºS 1, 39, 44, 48, 49, 50, 51, 56, 76, 77, 78, 79, 80, 81 E 82-CAE; PELO ACOLHIMENTO PARCIAL DAS EMENDAS NºS 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 E 69 (NA FORMA DAS EMENDAS NºS 76 E 82-CAE); PELA PREJUDICIALIDADE DAS EMENDAS NºS 5, 17 E 65, E PELA REJEIÇÃO DAS DEMAIS



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDAS. **Observação:** 1. Senador Paulo Paim registra voto SIM, pela aprovação do relatório. 2. Rejeitada a emenda 14, destacada, com voto contrário dos senadores Rogério Marinho, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Tereza Cristina. 3. Rejeitada a emenda 36, destacada, com voto contrário dos senadores Rogério Marinho, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes e Tereza Cristina. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 6569, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011) - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Efraim Filho (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à matéria, com a Emenda nº 1-CE e uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, para dispor sobre a renúncia de receita em caso de comprovação de benefício fiscal futuro." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 1242, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação do artigo 245 da Constituição da República Federativa do Brasil, prevendo as hipóteses e condições nas quais o Poder Público deverá oferecer assistência material (auxílio-vítima) às vítimas sobreviventes, aos herdeiros e dependentes carentes das vítimas de crimes dolosos, altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 2103, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Obriga a fixação de placas ou adesivos, nas entradas das instituições públicas e dos estabelecimentos comerciais, com orientação sobre a entrada e a permanência de animais domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 2620, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Esta Lei institui o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico – PROCARDIO." **Autoria:** Senador Major Olímpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 3008, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir empreendimentos de economia solidária no rol de beneficiários dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 2236, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a neuromielite óptica e o espectro da neuromielite óptica entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez; altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelas pessoas com neuromielite óptica e espectro da neuromielite óptica; e considera doenças graves a neuromielite óptica e o espectro da neuromielite óptica, nos termos das Leis nºs 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), e 8.112, de 11 de dezembro de 1990." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 2519, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 2878, de 2019 - Terminativo** - que: "Insere o §4º ao Art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (substitutivo), e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei nº 4210, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para estabelecer que os produtos importados embalados no Brasil não sejam considerados como de fabricação nacional." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei nº 6020, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 50, de 2023** que: "Requer Realização de Audiência Pública para instruir o PL 2311/2019" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei nº 4188, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, a possibilidade de oneração e de uso de direitos minerários como garantia, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de recursos no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da alíquota do imposto de renda sobre rendimentos de investidores residentes ou domiciliados no exterior produzidos por determinados títulos e valores mobiliários, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 8.009, de 29 de março de 1990, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, 73, de 21 de novembro de 1966, e 759, de 12 de agosto de 1969." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/20>

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, Senador Irajá, eu declaro aberta a 20^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1^a Sessão Legislativa...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Nelsinho, ajuda a pôr ordem na Casa aí, Senador!

Havendo número regimental, declaro aberta a 20^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura, que se realiza nesta data de 20 de junho de 2023.

Comunicado de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos documentos e manifestações da sociedade.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Aprovação da ata se houver quórum.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 17^a, 18^a e 19^a Reuniões, realizadas nos dias 13, 14 e 20 de abril de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI N° 334, DE 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Foram apresentadas as Emendas nºs 5-S e 6-S. O Senador Magno Malta solicitou a retirada da emenda nº 5-S, de sua autoria

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para a leitura do relatório sobre as emendas.

Com a palavra, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa e turno suplementar, sobre o Projeto de Lei nº 334, de 2023, do eminentíssimo Senador da Paraíba, Efraim Filho, que prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do §21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

Encontra-se em apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em turno suplementar, a decisão terminativa ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, de autoria do Senador Efraim Filho. Em 13 de junho de 2023, houve a aprovação de substitutivo integral à proposição em turno único (Emenda nº 4-CAE). Dentro do prazo regimental, o Senador Magno Malta propõe as Emendas nºs 5/S e 6/S.

A Emenda nº 4-CAE (Substitutivo) prorroga a desoneração da folha de pagamentos e a respectiva medida compensatória, até o dia 31 de dezembro de 2027, aos 17 setores da economia beneficiados com a política pública, com vistas à geração de empregos.

Complementarmente, o Substitutivo inclui a redução da alíquota de contribuição previdenciária patronal de 20% para 8% no caso de prefeituras com populações inferiores a 142.633 habitantes, ou seja, prefeituras que tenham até 142.633 habitantes. Tal medida, importa ressaltar, não impacta o setor público de forma global, pois deixa-se de arrecadar de um ente federativo para outro. Ademais, beneficiam-se mais de três mil municípios e 40% da população brasileira, aperfeiçoando o pacto federativo e dando fôlego financeiro para que esses entes possam melhorar os seus serviços de saúde básica e educação infantil.

Análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 282, a aprovação de substitutivo integral a projeto de lei será acompanhada de sua deliberação em turno suplementar, cabendo emendas desde que não constituam substitutivo. Essa regra, combinada com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aplica-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação terminativa na CAE.

Ainda que reconheçamos o mérito das Emendas nºs 5/S e 6/S, que incluem a produção de mármore e granito na política da desoneração, apresentadas pelo Senador do Espírito Santo e baiano, não podemos acatá-las em virtude de impeditivo constitucional.

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (reforma da previdência), modificou o §9º do art. 195, vedando substituições de base de cálculo de contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamentos. Por outro lado, o art. 30 da reforma da previdência permitiu a manutenção das substituições de base tributária de contribuições previdenciárias estabelecidas antes de sua vigência – os mesmos sujeitos à prorrogação de incentivos.

É importante, Srs. Senadores, Senadoras, Presidente Vanderlan, que se ressalte que é meritória a emenda do Senador Magno Malta, querendo introduzir o segmento de granitos, como também o Senador Amin tentou colocar o segmento de fundição, mas há um impedimento constitucional em virtude de que isso só poderia ser feito por via de PEC para alterar a Constituição e também modificar o §9º do art. 195, que foi a Lei da Previdência.

Então, em virtude disso, o relatório não pôde incluir esses meritórios pleitos de indicação dos nobres Senadores Magno Malta, que é um defensor da indústria de mármore do Espírito Santo, com extensão pela Bahia e também pelo Brasil, por isso não foi acatada a emenda.

Portanto, resta impossível, em projeto de lei, a adição de novos setores ao regime de recolhimento das referidas contribuições sobre o faturamento.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 334, de 2023, na forma do substitutivo apresentado, que é a Emenda nº 4 da CAE, conforme já exposto na 14ª Reunião Extraordinária desta CAE, rejeitando-se as Emendas 5-S e 6-S, de autoria do Senador Magno Malta.

É importante salientar, Sr. Presidente, que nós vamos apreciar somente a emenda do Senador Magno Malta, se ela será acatada ou não pelo plenário desta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, o Senador Magno Malta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Já posso discutir e fazer a defesa da minha emenda ou tem algum outro procedimento que V. Exa. vai fazer?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A matéria está em discussão, Senador, e V. Exa. com a palavra.

Primeiro inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Quero, Sr. Presidente, agradecer.

Não vou agradecer ao Relator, o Senador Angelo Coronel, porque ele fez a rejeição, mas quero dizer que a Bahia... O Espírito Santo certamente é o primeiro, a Bahia me pariu e o Espírito Santo me criou.

Mas certamente os estados de Minas Gerais e o Ceará estão incluídos e, antigamente, esses setores tão importantes estavam incluídos na classe dos minérios e, em seguida, foram agregados à construção civil.

Vejam só: como podemos entender a construção civil, que tem o benefício, excluindo o mármore e o granito?

Eu sou de Macarani, Senador Angelo Coronel, e lá tem aquele azul macarani, que é um encanto. Aliás, as rochas exóticas que o mundo tem consumido, todas vêm do meu estado de origem e do estado do qual V. Exa. também é filho, mas que... Não é também é filho, é filho e é Senador pela Bahia.

Os nossos estados, certamente...

Estando as rochas ornamentais, hoje, incluídas dentro desse setor da construção civil, não há que separar. Aliás, aquilo que é chamado a borra disso, ou o calcário, que tanto tem contribuído, e passou, nos últimos dois anos, a ser assimilado como adubo para a área da agricultura...

Chamo a atenção dos senhores de Minas Gerais e, mais uma vez, para a sua sensibilidade baiana, porque há uma expectativa dos baianos neste momento, e V. Exa. sabe muito bem que esta Casa tudo pode quando tudo quer. Chamo a atenção dos mineiros que estão aqui. Há uma expectativa enorme de que a minha emenda seja acolhida, para que nós, Sr. Presidente, principalmente o Espírito Santo, em que o setor de mármore e granito está para nós, como o próprio café, a produção de café...

Nós tínhamos um incentivo fiscal no Espírito Santo chamado de Fundap, que foi arrancado dos nossos braços pela Presidente Dilma, como se arranca um filho dos braços de uma mãe. O Fundap, há 43 anos, dava os fundamentos da economia do Espírito Santo.

Isso nos foi arrancado de forma brutal, e está no depoimento de um dos delatores da Lava Jato que só custou 22 milhões para isso ser arrancado de lá e colocado no Porto de Santos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por isso, eu faço um apelo às principais lideranças, às lideranças baianas, e apelo ao coração de V. Exa. e dos seus compatriotas baianos, dos nossos compatriotas baianos, que estão incluídos entre os quatro maiores do país, que a construção civil não sobrevive hoje, no mundo inteiro, sem que tenha...

A partir deste momento teremos dificuldade, então, até para vender caco de mármore, os restolhos das grandes jazidas ou das pequenas jazidas. As jazidas, repito, exóticas, estão na sua terra. E, certamente, esse povo mandou V. Exa. para cá – aliás eu estive lá no processo eleitoral e vi como V. Exa. era forte, embora eu estivesse lá apoiando o irmão Lázaro, mas lutando contra Jaques Wagner e Angelo Coronel. Certamente, eu estava fazendo um esforço com o irmão Lázaro muito grande, mas vendo a disposição do povo em me mandar V. Exa. para cá, exatamente, para aceitar a minha emenda hoje. Parece que era uma coisa profética. Eles sabiam que eu viria para cá.

A emenda seria de um cabra de Macarani, onde tem o azul macarani da Bahia, para que eu pudesse fazer esse apelo, visto que está vinculado à construção civil.

E a gente sabe, Senador Angelo Coronel, Sr. Presidente, que, em todo e qualquer confrontamento, numa matéria como essa, existem interesses. E existem interesses muito fortes para que o granito e o mármore não sejam incluídos.

Por isso, estando ligado diretamente à construção civil, e o que se ouve do Governo anterior, nós ouvimos e vimos, e hoje estamos vendo no Governo Lula. Inclusive, ele faz uma crítica muito forte às casas pequeninhas do Prefeito de Campinas, que tem grande interesse no Minha Casa, Minha Vida. Se o nosso produto baiano está ligado à construção civil, não há nenhuma lógica que impeça, a partir do momento em que esta Casa, quando quer, tudo pode; quando ela quer, tudo pode: quebram-se interstícios, sai direto das Comissões para Plenário, volta para as Comissões. E a gente sabe que, em havendo boa vontade... E eu conto com essa boa vontade de V. Exa., mais uma vez, aqui de um baiano capixaba para um baiano baiano. Aliás, o Brasil todo é baiano, porque o Brasil nasceu na Bahia.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Todo mundo tem essa dupla identidade, porque nós somos o útero do Brasil, a Bahia é o útero do Brasil.

Para tanto, Sr. Presidente, esse é o meu apelo, chamando a atenção para um fato importantíssimo, Senador Efraim – V. Exa., quando fica de cabeça baixa, eu tenho certeza de que é refletindo nas minhas palavras; aliás, o seu estado não tem tanto, mas também é um estado que tem rochas ornamentais –, para o fato de que, em estando incluído na construção civil – eu só quero esse item –, em estando, não há como separar, Senador Otto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o Senador Otto é dono da Amazônia e sabe que conta comigo em toda a luta pela sua Amazônia, pela preservação da sua Amazônia e por qualquer sandice que se queira fazer com a sua Amazônia. Senador Otto, também, que me olha com tanta atenção, peço a V. Exa...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, o Otto é baiano, mas quem está olhando com atenção para mim é Aziz. O Otto está só me ouvindo, e tenho certeza de que não falou nada ainda porque concordou comigo, porque, senão, já tinha pedido a palavra.

Sr. Presidente, muito obrigado por me ter deixado fazer a explicação da razão da minha emenda ao Senador Angelo Coronel.

Peço ao Senador Jaques Wagner que se pronuncie nos ajudando neste momento; ao Senador Otto, que nos ajude neste momento; ao Senador Efraim, que já está ajudando porque está sorrindo, então está bem à vontade para poder nos ajudar; ao Senador Aziz; e a todos os outros que sabem que, uma vez ligado à construção civil, não pode separar esse setor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Magno Malta, acho que as palavras de V. Exa. comoveram o Senador Angelo Coronel, porque ele pediu a palavra que é para responder a V. Exa.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – O Senador Magno Malta, Senador Vanderlan Cardoso, se deixá-lo falar, ele convence até o que não merece ser convencido.

Mas, nobre Senador, a construção civil está inclusa na desoneração. Se o Cnae-Fiscal da parte do mármore for usado na construção civil, ele já está incluso. Agora, o que não está incluso – eu tenho plena convicção disso – é se você usar uma rocha ornamental para fazer uma decoração que eu vejo que não se trata aí de uma construção civil efetiva. Mas, se você usa um espacato, que é oriundo do mármore, principalmente do bege bahia, para fazer um piso de piscina, um *deck* de piscina, ele está incluso na construção civil. Então, não podemos excluir o mármore e dizer que ele está literalmente fora do processo. Ele está também embutido, principalmente porque ele deve ter algum Cnae-Fiscal, de que eu não me lembro, ou, então, alguma tabela do IPI, que o classifica como parte usada para a construção civil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas o senhor chamou atenção para um fato importante. Hoje dificilmente você encontra uma casa, ainda que seja do Minha Casa, Minha Vida, que não tem uma bancada, que não tenha mármore ou granito em se tratando de pia. Se a gente pensar só em fundo de piscina, a gente vai pensar só de uma camada para cima, mas o piso, por exemplo, no mundo inteiro... E o Brasil tem essa... Graças a Deus, nos orgulhamos de nós sermos os exportadores para o mundo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o mundo compra aqui; seria uma maneira também de facilitar que as pessoas mais simples do Brasil tenham acesso ao mármore e ao granito para fazerem o piso das suas casas, fazerem as suas bancadas.

Eu sei que V. Exa. tem sensibilidade. V. Exa. está doidinho para dizer um "sim" para mim. V. Exa. está doidinho. Eu sinto isso, há testificação no meu coração de que V. Exa. está convencido de que não dá para separar essas duas coisas. É como separar o Regimento Interno da Casa; não tem como. Então, tirar o mármore e o granito do setor de construção civil seria, para nós, minimamente doloroso – nós, a Bahia, que quase que é a nível do Espírito Santo, só um pouco, está entre os quatro; nós somos entre os quatro que produzimos para o Brasil e para o mundo – deixar de fora esse setor.

V. Exa. é um homem sensível. Aliás, me dá uma informação de que eu não tinha conhecimento da importância dessa... Não sei o que seria esse derivado do mármore e do granito para outro tipo de coisa. Aliás, quem produz outro tipo de piso que não seja mármore e granito tem todo o interesse que não passe, porque eles têm o interesse deles, não é? Mas como o meu estado e o seu estado saem do chão para gerar emprego, gerar honra, gerar dignidade e gerar orçamento para que as obras dos nossos estados e municípios sejam feitas, certamente é com essa veemência que eu preciso fazer essa defesa. E mais ainda, chamando a atenção de V. Exa. mais uma vez: os extrativistas do mármore e do granito que produzem na Bahia, que produzem emprego, que produzem dignidade na Bahia – aliás, quem emprega produz dignidade – certamente estão na mesma expectativa que nós do Espírito Santo e dos outros estados.

E eu espero que V. Exa., com toda essa sensibilidade e mais essa explicação que me dá desse derivado do granito de que eu não tinha conhecimento... E eu sei que V. Exa. tem muito mais conhecimento para passar adiante; se puder me passar agora para que eu possa argumentar de novo, eu agradeço a V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Nobre Senador Magno Malta, o espacato geralmente é um pedaço do mármore com dez por dez centímetros de dimensão, que é usado em revestimento de parede e até mais para decoração do que um revestimento para elevar o conforto para dentro da casa dos futuros moradores. É mais um item da construção civil de decoração.

A questão da bancada de pia, que é muito utilizada tanto na parte do cimento prensado... No caso do bege bahia, usa-se muito também a bancada de pia e, depois, bota louça no centro da bancada – eu acho que todos os senhores e senhoras usam a bancada de pia. Esse item, se ele estiver no Cnae-Fiscal ou então na tabela do IPI, o que está incluso no projeto, já está abrangido pela desoneração. Então, nós não podemos generalizar, achar que todo derivado, que todos os tipos de mármore ou de granito têm que estar inclusos na construção civil.

É somente para esclarecer. Na próxima vinda, eu vou lhe trazer um espacato de bege bahia que está saindo agora, muito bonito, da região de Jacobina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. me traga... Só um minutinho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O debate de V. Exas., os bons baianos, está muito bom: há coisa que a gente nem entendia aqui e já está entendendo, de espacato... Mas nós temos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu sei, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... aqui 12 projetos ainda para serem... E outros oradores.

Conclua, por favor, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou concluir.

Vou dizer ao Senador Angelo Coronel, que a nossa querida Bahia não tem um prédio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está na regra fiscal?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Renan, coopere comigo, meu chegado! Sou eu que estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, vote comigo! Vote na minha emenda, vote na minha emenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O material está na regra fiscal, meu caro?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já votei em você duas vezes para Presidente. Você foi meu Presidente, você me deve esse voto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Conclua, Senador Magno, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Renan, me ajude! Renan, me ajude – me ajude!

Todos os prédios bonitos da Bahia são revestidos de granito. Não tem um prédio em Brasília que não seja revestido de granito. Não tem um prédio em lugar nenhum que não seja revestido de granito, a não ser... Em Israel, até os túmulos têm granito, até os mortos gostam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou até pedir ao Senador Harry Potter, meu amigo aqui: me ajude! V. Exa. está com uma força muito grande, V. Exa. nem é Harry Potter mais: agora é He-Man. V. Exa. tem a força, não é? Ajude-me! (*Risos.*)

Senador Angelo Coronel, quebrante um pouco o seu coração: aqui até o Senador Renan está querendo me ajudar...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Oriovisto, com a palavra.

Senador, antes da palavra de V. Exa., queria, a tempo ainda, registrar a presença aqui da Vice-Governadora do Distrito Federal, a Celina Leão, que está aqui presente – obrigado pela presença aqui em nossa Comissão, Celina. E também a do Deputado Federal Gilvan Maximo – seja bem-vindo!

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu não podia deixar de trazer a esta Comissão um artigo sensacional, que coincidentemente saiu no dia de hoje, do jornal *Valor Econômico*. É um estudo, é um relatório contábil do Tesouro Nacional que projeta um rombo de 10,24% do PIB nas contas do INSS. O estudo está aqui, tem um gráfico demonstrando. E é claro que o prazo é de longo prazo – é de longo prazo: o estudo vai até o ano de 2100. Então, todos nós estaremos mortos quando o déficit chegar a 10,24% do PIB, mas todos nós estaremos vivos quando o déficit chegar a 4%, a 5,5%, que são números fantásticos.

Nós temos uma incrível capacidade de gastar longo tempo discutindo questões pontuais, seja porque vai beneficiar a imprensa, seja porque não vai beneficiar o granito, seja porque vai beneficiar a indústria automobilística enfim, mas nós não olhamos o macro, nós não olhamos o problema da Previdência Social brasileira. Antes de 2030, portanto daqui a seis anos, a Previdência vai criar um problema sem precedente. O que o Macron sofreu lá na França vai ser fichinha perto do que o Brasil vai sofrer. Já está o déficit hoje em R\$270 bilhões e vai aumentar – está aqui um estudo que comprova isso.

O processo de envelhecimento da população brasileira é irreversível, e isso tudo tem um impacto enorme. Nós, que fizemos uma reforma da previdência há pouco tempo, seremos obrigados, em pouco tempo, a fazer outra reforma da previdência. E nós ficamos discutindo questões pontuais, estabelecendo privilégios para alguns setores, e sempre teremos uma conta global de país para ser paga.

Então, é só um alerta. Eu quero passar esse estudo depois a Jaques Wagner, que é o Líder do Governo aqui no nosso Senado, para que atente no que vai acontecer nos próximos anos com a previdência social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra, o Senador Efraim, autor do projeto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, rapidamente vamos votar até porque tem o arcabouço fiscal na sequência, mas eu queria aqui sair em socorro e elogiar a postura do Relator, o Senador Angelo Coronel.

Eu, Senador Magno Malta, mais do que ninguém, sei o quanto é difícil a gente receber tantos apelos extremamente bem arrazoados, como é o seu e de outros setores – do Senador Amin, com a fundição, setores de vigilantes, aeronautas e tantos outros –, que gostariam de estar presentes nessa ampliação desse benefício. Mas o Senador Angelo Coronel, corretamente, justificou a impossibilidade diante de se tratar de um PL. E ao PL cabe apenas a prorrogação de um benefício que já existe, porque, diferente disso, poderia se conceituar numa renúncia de receita.

Mas esse seu ponto, e aí eu concluo, Presidente, demonstra o quanto acertado é um outro tema paralelo, que acompanhou a discussão desse projeto, que é preciso avançar na discussão da reforma tributária com o fim do imposto sobre folha de pagamento, fazer com que, em vez de ser aos 17 setores que mais empregam, ele possa ser universal, amplo, irrestrito, chegar a toda a economia, porque esse é um imposto burro, ele é equivocado, ele passa uma mensagem equivocada. Ele diz: quanto mais empregos eu gerar, mais impostos eu vou pagar. Isso está errado. Era para ser o inverso: quanto mais empregos eu gerar, menos impostos eu vou pagar. E é a isso que se presta a desoneração da folha de pagamento que nós estamos aqui defendendo.

Então, mais uma vez agradeço ao Senador Angelo Coronel, agradeço ao Senador Magno Malta. E é importante que essa discussão da desoneração da folha de pagamento seja feita em duas etapas: uma é a prorrogação do que já existe, precisa se dar segurança jurídica a esses 17 setores. O benefício se extingue em dezembro deste ano. A chance de ter a segunda fase da reforma tributária votada este ano é zero, zero ou até menos um. A gente sabe quanto difícil será avançar com a primeira fase da reforma tributária, que é o imposto sobre o consumo.

Então, mais uma vez, concludo fazendo um apelo: vamos aprovar o PL 334 aqui na CAE hoje, que é terminativo, deve seguir à Câmara dos Deputados – não seguirá se algum Senador apresentar recurso. Aí aproveito para fazer um apelo para tentar amolecer o coração daqueles que pensam em apresentar recurso. Essa é uma discussão que vai à Câmara dos Deputados. Nós precisamos dar segurança jurídica. Então, seguiremos, Presidente, com um projeto de ganha-ganha. A desoneração da folha de pagamento é boa para quem produz, ela é boa para quem empreende, ela é boa para quem trabalha, ela tem o apoio dos sindicatos.

Por isso, fazemos o apelo para aprovar o relatório do Senador Angelo Coronel.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim, Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Apenas para fazer um comentário sobre a fala correta do Deputado... perdoe, do Senador Efraim.

Eu sou um pouco mais crédulo que V. Exa. Eu não sei se a reforma tributária como um todo, mas nós pretendemos – o Governo – apresentar algo mais amplo, como V. Exa. colocou, sobre folha de pagamento. Deus queira que a gente consiga apresentar o trabalho mais amplo até antes de expirar a atual renúncia, que tem relação com 17 setores. Eu acho que é disso... Foi isso que eu falei na primeira reunião. Não se trata de ser contra, trata-se de a gente querer fazer algo abrangente, e não para um segmento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Amin, com a...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Jaques, apresentar eu até acredito que possa – e V. Exa. está imbuído desse sentimento –, sim, vir no segundo semestre a apresentação de uma proposta. O Ministro Haddad tem falado sobre este tema: que a desoneração da folha de pagamento virá numa segunda proposta, ainda a ser concebida, junto com a discussão da reforma tributária sobre a renda. E a gente sabe que isso demanda tempo.

Eu não falo sobre a apresentação, mas a conclusão desse processo, que envolve votação na Câmara e no Senado, dificilmente ficará para este ano. Por isso o meu apelo e posicionamento aqui de dar segurança jurídica para a manutenção desse benefício, que está revestido de caráter de política pública.

E só para lembrar: o Ministro Haddad, Presidente, esteve aqui na reunião de Líderes. E o Ministro Haddad, discutindo sobre arcabouço fiscal – e veja que hoje a gente está com os dois temas interligados –, disse que existiam três subsídios que seriam mantidos: o Simples, a Zona Franca de Manaus e a desoneração da folha de pagamento, exatamente porque o maior desafio do Brasil não pode ser apenas arrecadar mais. Existem outras políticas públicas que geram uma importância, e o maior desafio do Brasil hoje não é simplesmente arrecadar mais, é gerar emprego, é preservar postos de trabalho de pais, de mães, de família, de jovens que precisam, com o suor dos seus rostos, colocar o pão na mesa da sua casa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Efraim.

O Relator, Senador Angelo Coronel, pediu a palavra.

Amin, é o coronel. Então vamos passar a palavra para o coronel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Senador Jaques Wagner, nosso guru da Bahia, eu não vejo problema de avançarmos nessa pauta da desoneração, até para que os segmentos que serão beneficiados possam se planejar.

Porque imagine o que V. Exa. falou: que pode vir uma reforma, incluindo a desoneração, algo mais amplo. Mas se vier algo mais amplo, saindo de 17 segmentos para 20, para 30 ou até para 51, que já teve no passado, ótimo! Mas vamos garantir os 17, que são só uma prorrogação. E se vier algo mais palatável, mais abrangente, nós vamos votar e, evidentemente, vai ficar nulo de pleno direito o que nós estamos votando hoje.

Agora, nós temos que dar essa segurança jurídica, essa segurança mental – posso assim chamar – e empresarial de eles saberem que sua desoneração foi aprovada e eles podem planejar para aumentar mais postos de trabalho.

Então eu faço este apelo a V. Exa.: que amoleça esse coração e também abrace a aprovação desse Projeto 334, inclusive com a emenda da nossa autoria, incluindo as prefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, antes de o Senador Angelo Coronel falar, não tinha me ocorrido esse adágio um pouco maldoso. “Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é tolo ou não tem arte”. O senhor vê que ele fez uma ressalva gloriosa: “Aprovem o projeto que veio da Câmara com a minha emenda” – que é a sua. Então cuidou da melhor parte.

Sou obrigado a dizer isso, porque, depois de ouvir as palavras muito persuasivas do Senador Magno Malta, que eu incorporo, concordo com tudo que ele falou, depois de ter ouvido o Senador Oriovisto fazer uma advertência que tem fundamento e compulsando aí o que falaram o Senador Efraim, o próprio Senador Jaques Wagner e o Senador Angelo Coronel, eu diria o seguinte: nós vamos ter que votar o 334, eu também votarei e votarei a favor de novo.

Agora, essa relação de 17 setores não é uma cláusula pétreia e nem é a única lista, porque a minha proposta que envolve fundição, de quem larga o emprego de mão de obra, e significa a manutenção de empregos que hoje competem com concorrência mundial, a volta da fundição para essa relação é a volta, não é a invenção. Seria mais do que justificável, para quê? Para preservar o emprego, que é a causa que nos une a todos. No final das contas, entre ficar contra e a favor do projeto, nós vamos ficar a favor do projeto, mas não sem antes deixar consignado: número um, que bom será se o Governo puder, mesmo não sendo a reforma tributária com que todos sonhamos, fazer uma intervenção, Senador Jaques Wagner, se eu bem entendi, mais ampla sobre esta questão que diz respeito a manter e gerar emprego. E é isso que vai nos fazer votar a favor do projeto de lei. Ele vai ser aprovado, eu não tenho dúvida, vai voltar para a Câmara.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Governo, com isso, terá um estímulo a mais para tentar fazer essa intervenção mais ampla, que eu vejo como sendo uma expressão da mais absoluta boa vontade e lisura do Líder Jaques Wagner.

Agora, não incluir seja o pleito dos Prefeitos, seja o pleito do Senador Magno Malta, seja o pleito que eu represerei – já é a segunda vez que ele é rerepresentado, rerepresentado, da questão específica das fundições, que tem essa competição mundial –, eu não posso me omitir e dizer que isso seria desejável e justo. Mas fica aqui consignado. Se isso não vier a acontecer, nós temos que ficar pelo menos com a reedição dos 17 setores, e é esse o voto que eu quero afinal expressar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 6S, ao substitutivo do Projeto de Lei nº 334, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Informo aos Senadores e às Senadoras que a votação é nominal e o que está em votação é a emenda do Senador Magno Malta. O texto original já aprovamos.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Relator votam "não".

Repto: os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Relator votam "não".

Os que não estiverem de acordo com o Relator votam "sim".

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só uma pergunta...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já é nominal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim, já é nominal, e os Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Senador Angelo Coronel, o apelo que o Senador Magno Malta faz é um apelo que, sendo de um estado produtor de mármore...

Eu lhe pergunto – e não sei se o senhor poderia me responder isto –: o que isso implica financeiramente, no sentido do que o Estado brasileiro deixaria de arrecadar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador e engenheiro civil Omar Aziz, do Amazonas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Acontece que, com o advento da aprovação da reforma da previdência – acho que no seu art. 125, e também da Constituição Federal –, só podem ser contemplados os segmentos que já estavam antes da lei. Depois que foi aprovada a emenda constitucional, você não pode incluir outro segmento, a não ser que você faça uma PEC abrindo essa porta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Ah...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Somente por isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas é que agora...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A indicação da emenda do Senador Amin é importantíssima – acho que a fundição gera muita mão de obra e é importante –, como também é a do nosso Senador Magno Malta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que fazia parte da lista.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, infelizmente, não adianta você acatar algo que é inconstitucional. É você ficar perdendo tempo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas fazia parte da lista – fazia parte da lista.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A prefeitura é um ente público igual à União. Então, você está dentro do pacto federativo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Negativo. A lei é para não tirar receita da União.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nobre Relator, se eu apresentar uma PEC, V. Exa. vai caminhar comigo?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Assino agora mesmo. Pode mandar lavrar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já mandei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Eu a assino também, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Senador Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Só reforçando com as Senadoras...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Senador Renan assina o meu? Levo fé.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... e os Senadores aqui presentes, o que está em votação é a emenda do Senador Magno Malta. Então, os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Relator, aqui no meu lado direito, votam "não", e os que não estiverem de acordo com o Relator, votam "sim" à emenda. Então, já podem votar.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para orientar a bancada.) – Para consignar, Presidente, o União Brasil orienta acompanhar o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O União Brasil orienta o voto "não".

Mais algum Líder de partido quer orientar? Senadora Tereza?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para orientar a bancada.) – Presidente, pelo Governo, para orientar o voto "não", acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Governo vota "não", acompanhando o Relator. (*Pausa.*)

Mais alguém deseja votar? Já deu quórum. Todos já votaram?

Senador Renan.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quem vota na minha emenda vota "sim".

Senadores baianos, sob a minha orientação, votem "sim". (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mais alguém? Mais algum Senador ou Senadora a votar? Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Abra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – SIM, 5; 14, NÃO.

Foi rejeitada a Emenda nº 6/S.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 91, §2º, do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Agradeço, Sr. Presidente, os cinco votos e a sensibilidade. Na apresentação da PEC eu já tenho aqui a garantia de que, certamente, tendo V. Exa. comandando conjuntamente com o meu amigo Aziz e Renan, e acho que também o Senador Cid e Harry Potter, que é o mais importante hoje para mim... He-Man, eu preciso de você...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 93, DE 2023

- Não terminativo -

Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Não apresentado

Observações:

Foram apresentadas 41 emendas à matéria.

Autoria, Presidência da República; Relatoria, Senador Omar Aziz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Relatório não...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Observações: foram apresentadas 25 emendas à matéria... *(Pausa.)*

... 75 emendas à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para fazer a leitura do seu relatório.

Senador, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é lógico que, quando chegou ao Senado, a Câmara tinha debatido bastante. O Relator, o Deputado Cajado, fez várias reuniões, várias audiências públicas, e tentou aprimorar esse marco fiscal, essa lei que vai reger o país, e eu espero que por muitos e muitos anos a gente não tenha que modificar e tenha que estar mexendo ou furando a lei.

Ela chega aqui ao Senado, e o Senado, no seu debate, tenta aprimorar e tenta contribuir para que o debate seja o mais transparente possível.

O relatório... Eu vou direto ao relatório – já está publicado, como eu prometi –, e vou aqui detalhar alguns pontos e dizer que as expectativas que o Brasil vive hoje são as melhores possíveis. Acho que nós vamos voltar a crescer, estamos crescendo, mas o país, se Deus quiser, vai dar certo. E tenho certeza de que o Senado vai contribuir para que isso aconteça também, aprovando esse relatório que eu vou apresentar a V. Exa.

É apresentado, para análise desta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, proveniente da Câmara dos Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É erro aqui do Senado. Esses computadores são muito velhos, Amin. A culpa é do Presidente. Esse computador faz dez anos que está aqui. Eu pedia para o Senador Oriovisto que o Positivo pudesse doar computadores aqui para o Senado Federal, porque é uma empresa que tem computador bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não estou ouvindo a resposta do Senador Oriovisto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Senador Oriovisto vai doar computadores bons para cá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Secretário Rogério passou por aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... proveniente da Câmara dos Deputados, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país – veja bem, macroeconômica do país – e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

O Projeto de Lei 93 está fundamentado, conforme indicado em sua ementa, no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, e no art. 163, *caput*, inciso VIII, e parágrafo único, da Constituição Federal.

Em linhas gerais, o regime fiscal sustentável de que trata o projeto de lei apresenta as seguintes características principais: (i) disciplina o crescimento anual da despesa primária da União submetida aos limites individualizados que define; (ii) dispõe sobre questões relacionadas à meta de resultado primário e ao seu cumprimento; (iii) estabelece valor mínimo para os investimentos na lei orçamentária, bem como possibilidade de ampliação; (iv) impõe ajustes nas contas públicas, em caso de descumprimento da meta de resultado ou quando a despesa obrigatória superar 95% da despesa primária; e (v) altera o critério de atualização das transferências ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Eu vou para a p. 8, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que vai direto à análise que fizemos das emendas apresentadas.

Primeiro, os aspectos regimentais e jurídicos.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão avaliar os aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe são submetidas, assim como opinar sobre proposições que tratam de finanças públicas e normas gerais do direito financeiro e tributário. Como o PLP 93 será analisado somente pela CAE antes de seguir para deliberação do Plenário, deve-se examinar também os seus aspectos jurídicos.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposta. Cabe mencionar que o projeto foi encaminhado pelo Poder Executivo com vistas a dar cumprimento ao disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, encontrando-se sob apreciação deste Colegiado após ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

Dessa forma, o projeto de lei está baseado em boa técnica legislativa, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do mérito.

O projeto de lei é adequado e oportuno, sob o ponto de vista do mérito. Seremos muito diretos: esta é a regra fiscal que é possível para organizar as finanças do país no dia de hoje. Todos nós temos críticas a um ponto ou outro, cada um de nós tem um modelo que acredita que é melhor. E podem existir, sim, alguns problemas e limitações com o que está sendo proposto agora. Mas a lei que vai sair deste projeto certamente nos parece a melhor que as forças políticas no Executivo e aqui no Congresso permitem.

Seguramente o que nós estamos propondo tem virtudes e representa grande avanço em relação à situação anterior. Avança quando volta a usar o chamado “resultado fiscal” como instrumento principal: a regra que estamos votando não olha só para a despesa, mas também para a receita. E isso é o principal fundamento da boa administração de um governo, de uma empresa ou de uma casa: se eu sou um chefe de família e tenho dificuldades com desemprego, ou se caem muito as vendas do meu negócio, tenho que cortar o gasto, sim; mas, se eu conseguir um emprego melhor, se o meu negócio começar a dar bons resultados, eu tenho a obrigação de melhorar as condições da casa onde a minha família mora, de dar melhores condições de estudo aos filhos, e assim por diante. Isso seria impossível no teto de gastos antigo, demasiadamente rigoroso na possibilidade de expansão das despesas, mesmo diante do crescimento da arrecadação.

Diga-se de passagem, que o teto de gastos foi furado mais de quatro vezes em pouco tempo por causa dessas limitações que tinha. Começou, inclusive, pelos precatórios, quando a gente furou o primeiro teto de gasto – foram os precatórios que fizeram furar o primeiro teto de gastos –, e assim por diante. Quando veio a pandemia, nós tivemos que furar algumas vezes o teto de gastos.

O controle da despesa não é de modo algum abandonado, pelo contrário, persiste limite para uma série de gastos do Governo Federal. Mas esse novo limite tem bom senso, com exceções para aquelas despesas que são tão importantes que não podem ter uma trava arbitrária. Outra medida de bom senso: o novo limite não se aplica nas situações em que o próprio Governo se esforça para captar recursos de doações, prestação de serviços ou indenizações. Isso certamente ajuda a conseguir, por exemplo, doações externas para preservar a Amazônia.

Isso aí está no relatório, mas o Brasil não precisa de doações externas para preservar a Amazônia. O Brasil precisa é de uma política sustentável para a Amazônia e que ela própria se sustente, não dependa de ninguém que tenha influência política sobre o nosso país. Isso é mera retórica de discurso de fiscais da natureza, e não o que os amazônidas querem. É diferente o que nós queremos. Nós queremos respeito aos homens que vivem e protegem a Amazônia, e não dizer que nós vamos ter dinheiro de outros países. Os EUA veem aqui, dão um minguado lá, e nós temos de nos curvar às benesses que eles têm lá sem preservar absolutamente nada, e nós temos de nos sujeitar ao julgamento deles. Disso aí o Brasil não precisa, não!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós temos aqui é uma grande oportunidade de criar esse caminho amplo para as políticas públicas escolhidas pelo povo brasileiro. Como dissemos antes, este é o avanço possível no momento que vivemos, e por isso defendemos o projeto na sua essência. Mas isso não quer dizer que o Senado deva simplesmente dizer "amém" ao que veio da Câmara dos Deputados, por isso as mudanças que estamos fazendo. E conversei demoradamente com o Presidente da Câmara e com o Relator Cajado para que a corda não ficasse se esticando para um lado ou para o outro e o Brasil perdesse ou criasse uma instabilidade em relação a isso.

Propomos, então, algumas mudanças, que, ao nosso ver e no sentimento dos Senadores que expressaram suas vontades por meio das suas emendas apresentadas, são indispensáveis para o projeto cumprir seus objetivos. Vamos descrever essas mudanças pela ordem dos tópicos importantes da lei proposta, conforme apresentado resumidamente na Parte I.

Os itens excluídos dos limites individualizados precisam ser reavaliados.

A Câmara dos Deputados alterou a proposta do Executivo quanto à relação das despesas primárias que não estarão sujeitas aos limites individualizados. O projeto original mantém o que atualmente já consta da Constituição Federal em relação ao teto de gastos: não estão incluídas nele as despesas referentes à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que tratam os incisos IV e V do art. 212-A da Constituição Federal, e as transferências constitucionais da União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Porém, a posição da Câmara dos Deputados foi de que essas despesas deveriam estar sujeitas ao novo limite de gastos.

Apesar das razões que embasaram a iniciativa da Câmara dos Deputados, entendemos, de uma parte, que essas despesas, por sua natureza constitucional e pela forma como são definidos os seus valores, têm características que poderiam comprimir bastante as demais despesas sujeitas aos limites. De fato, quando a...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... taxa de crescimento das dotações necessárias a essas transferências superar a correção do valor dos limites individualizados, certamente as despesas discricionárias deverão ser reduzidas para ceder o espaço requerido, comprometendo desnecessariamente o modelo proposto. De outra forma, entendemos fundamental a viabilidade prática destes: a complementação do Fundeb é essencial para garantir no país inteiro a remuneração dos professores e demais profissionais da escola básica, a coluna vertebral da educação no país; já o Fundo Constitucional do Distrito Federal é componente indispensável à composição da receita de uma unidade da Federação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos numa Federação, ninguém tem o direito de lutar para ter um resultado menor para os estados. O dever de cada Senador e Senadora é que a gente possa lutar para melhorar as condições dos estados, e não tentar prejudicar.

Esse entendimento é o entendimento que foi me trazido aqui pelo Governador Ibaneis, pela Vice-Governadora Celina Leão, pelo ex-Senador Paulo Octávio, que está aqui hoje, por Deputados Federais, pelos três Senadores do Distrito Federal – Senador Izalci, Senadora Leila e Senadora Damares – e por outras pessoas que estão preocupadas com essa questão. O que eu não quero para o meu estado eu não quero para o Distrito Federal.

A gente luta muito para que o *per capita* seja maior e não menor. Nós temos que lutar para melhorar o *per capita* da Bahia, do Amazonas, de Alagoas, de Santa Catarina, e não é discutir se o *per capita* do Brasil é "a" ou "b". Essa não é uma discussão...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Fale do Maranhão também!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Do Maranhão também, lógico; de todos os estados brasileiros.

A luta deste Congresso Nacional, principalmente do Senado, é para que o Sergipe tenha um *per capita* melhor, para que todos os estados brasileiros possam ter isso, não é dizendo que vai prejudicar ou não.

Na dúvida, eu sempre fico *pro reo*. Na dúvida, se dentro do Fundo Constitucional Brasília vai perder ou não vai ganhar, eu prefiro que ela fique fora, e a gente vai ver lá na frente quem tem razão ou não. É essa a questão principal sobre Brasília, o que muito se discutiu.

Conversei demoradamente com o Deputado Cajado hoje de manhã, conversei com o Presidente da Câmara, pois é o meu papel tentar fazer com que a gente possa dar celeridade.

E vários Senadores aqui fizeram essa emenda, o que começou pelo Senador que não é nem de Brasília, mas que pensa na Federação brasileira, que é o Senador Eduardo Gomes, pela Senadora Leila, pelo Senador Izalci, pela Senadora Damares e por outros Senadores que eu daqui a pouco cito o nome, da mesma forma como foi com o Fundeb. A discussão é se vai ser melhor ou não. O Fundeb tem um crescimento fora o arcabouço, nós sabemos, mas existem profissionais da educação, pessoas que estão envolvidas nessa luta pela educação, que fizeram um convencimento, a meu ver, diferente do que veio da Câmara. E eu espero que essas mudanças que nós estamos fazendo aqui a Câmara possa acatar também.

E volto a repetir: na dúvida, eu fico com a educação; na dúvida, eu fico com o Distrito Federal. (*Palmas.*)

Eu tenho aqui várias outras emendas, Sr. Presidente, que eu vou ler.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao adotarmos essa posição, endossamos as propostas das Emendas nºs 2 e 3, da Senadora Professora Dorinha Seabra; da Emenda nº 8, do Senador Plínio Valério; da Emenda nº 16, do Senador Alessandro Vieira; da Emenda nº 35, do Senador Mecias de Jesus; da Emenda nº 60, do Senador Alessandro Vieira e outros.

Quanto às despesas do fundo do DF, atendemos também à emenda do Senador Weverton, que está aqui na minha frente, que é do Estado, querido, do Maranhão, que ele pediu para eu citar agora, como é o estado do Cid também, que é o Ceará, que quer uma renda *per capita* melhor, não quer, Cid?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Também consideramos oportuno e essencial acolhermos a proposta da emenda do nosso Senador, meu querido amigo, Renan Calheiros no sentido de excluirmos dos limites individualizados também as despesas com ciência, tecnologia e inovação. Ninguém mais do que eu, o Senador Randolfe, o Senador Renan, o Senador Otto, o Senador Alessandro, o Senador Rogério Carvalho e outros colegas sabemos dessa importância, porque o Brasil no momento que passou de não investimento... Para vocês terem uma ideia, a vacina BCG não está sendo produzida no Brasil há mais de 30 anos – isso é um absurdo! – por falta de investimento em ciência, tecnologia e inovação. Em um país, não basta ter uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, não basta ter um ministério, se não tiver recurso para investir. E, por essa razão, eu acato a sua emenda, Senador, porque eu parto do princípio de que ciência não se discute, se trabalha para evoluirmos.

Hoje, o Amazonas, a Amazônia, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, para o qual o Presidente Lula, depois de 23 anos de criado, de inaugurado, criou um CNPJ... E, agora, a gente vai poder investir para poder conhecer a Amazônia, que nós não conhecemos, e o que a gente pode tirar dela para dar riqueza e distribuir renda para aquela população que mora ali, que vive ali. Não pensem que os índios não querem trabalhar e produzir sustentavelmente, eles querem. Eles não querem viver de migalha, não. Eles querem melhorar a qualidade de vida. E não é só preservando. Preservando é essencial, mas conhecendo, aí, sim, a gente vai poder usufruir das riquezas que a Amazônia tem na sua biodiversidade, que não é conhecida pelos brasileiros.

No outro dia, eu vi muita gente opinando sobre a Amazônia. Ela vale R\$360 bilhões em pé. A gente nunca viu R\$1 desses R\$360 bilhões. Hoje, eu vi que há uma discussão para o sequestro de carbono. Ótimo! Vamos discutir o sequestro de carbono, é importante. Para a Amazônia é importante esse crédito de carbono, mas o crédito de carbono é para ajudar a população que vive lá, não é para empresário ganhar dinheiro na bolsa de valores. Se não for para distribuir essa renda, não vale a pena você vender uma área, a pessoa fica lá, bota duas, três pessoas para cuidar daquela área e vai para a Bolsa de Valores ganhar dinheiro com sequestro de carbono. Quem tem mais dinheiro continua ganhando muito dinheiro, e quem é pobre vai continuar sendo muito mais pobre e sem poder nem tocar aquela área de conservação. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos deixar claro que para discutir sobre a Amazônia tem que discutir com os amazônidas, não é com quem acha que entende da Amazônia.

Recebemos outras propostas com o objetivo de excepcionar as despesas do teto de gastos. Embora reconhecendo que muitas das propostas têm o mérito de proteger políticas públicas importantes, optamos por preservar o projeto que quer dotar a administração pública de instrumento capaz de definir prioridades no âmbito do planejamento governamental e atender aos anseios da sociedade em face dos recursos que estão disponíveis a cada ano.

Diante do exposto, somente acrescentamos três exceções quanto à incidência do teto de gastos: o Fundo Constitucional do Distrito Federal, a complementação da União ao Fundeb e as despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Peço desculpa àqueles que fizeram outras emendas, mas era impossível mexer tanto nesse arcabouço, porque, senão, nós íamos ter uma demora que só iria prejudicar o Brasil e que não iria contribuir. Falei com o Senador Vanderlan, que tinha uma emenda, que vou apoiar o projeto dele, que trata especificamente de uma questão que nós entendemos que não caberia aqui neste marco fiscal. Todas as emendas que eu analisei foram todas no sentido de contribuir, seja do Governo, seja da oposição; em momento algum, elas foram no sentido de prejudicar o país.

O resultado primário precisa ter uma sintonia fina, que dê segurança fiscal, mas que permita a realização das políticas públicas.

O projeto tem o seu ponto mais positivo na forma como trata o chamado resultado primário, que nada mais é do que a comparação entre os tributos que o Governo arrecada e os gastos necessários ao funcionamento da administração e à prestação de serviços públicos, ainda que essa conta deixe de fora uma parte importante das entradas e saídas de dinheiro público relacionadas com os bancos e o sistema financeiro. O resultado primário é um indicador muito importante para mostrar a situação das contas públicas. E o projeto trata bem disso, estabelece a necessidade de metas de resultado primário que sejam compatíveis com a sustentabilidade da dívida pública, ou seja, que o gasto público seja compatível com a sua capacidade de tomar dinheiro emprestado novamente. É o mesmo que faz uma família ou uma empresa: gasta o que pode gastar levando em conta os seus rendimentos e a possibilidade de tomar de empréstimo para poder pagar no futuro.

Nesse ponto, a Câmara dos Deputados melhorou muito o projeto. O que vinha do Executivo não trazia praticamente nenhuma consequência para o descumprimento dessas metas, a não ser uma simples carta ao Congresso explicando o que deu errado – era muito simples explicar: deu errado –, o que é menos do que existe hoje...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim. É verdade.

É menos do que existe hoje, quando o Presidente, o Governador e o Prefeito respondem, pessoalmente, por não cumprir a ação legal de adotar as medidas necessárias para evitar o descumprimento de uma meta fixada em lei. Com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, essa responsabilidade continua de pé.

Diversas melhorias foram apresentadas pelos Deputados.

Primeiro, há o reconhecimento de que existe uma parcela das despesas que não pode sofrer contenção, mesmo diante de problemas fiscais, porque cortar certos gastos pode prejudicar a ação governamental e a oferta de serviços públicos mínimos, além de causar graves danos ao bem-estar da sociedade brasileira.

Outra melhoria foi a exigência que a despesa e a receita consideradas para essa meta de resultado sejam todas aquelas que realmente compõem o Orçamento, proibindo um expediente que já se usou antes para driblar a lei, quando se retirava da conta algumas despesas para diminuir o esforço de cumprir as metas. É como se, na hora de fazer o orçamento do mês, a família deixasse de somar o valor do aluguel. Esse orçamento não iria servir para nada. Agora, o caminho para isso está fechado.

Outro ponto positivo que já vinha do projeto do Executivo é a chamada ação anticíclica, um nome complicado para um papel importante do Orçamento público, que não existia no regime anterior de teto de gastos. Quando a economia entra em recessão, o papel do Governo é apoiar as empresas e os trabalhadores. Isso quer dizer aumentar suas despesas no momento em que a arrecadação de impostos está caindo. Por outro lado, em momento de crescimento dos negócios, o Governo não pode pegar carona em toda a bonança; precisa fazer o esforço de economizar parte do ganho para ter recurso disponível para a próxima queda de atividade ou para pagar o que tomou emprestado. Isso é aquele teto que nós estamos estipulando aqui na lei: quando arrecadar mais, nós vamos também ter que diminuir...

É lógico que teve emenda aqui de alguns Senadores tentando reduzir o gasto abaixo de 70% quando o Brasil tivesse uma dívida abaixo de 70% do PIB. Eu vou morrer com esse juro e não vou ver isso acontecer, apesar de eu discordar do Senador Oriovisto, que disse que até 2100 a gente esteja morto. Fale pelo senhor, não por mim! (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não limite o Criador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não limite!

O setor público tem esse papel importantíssimo de contrapeso às flutuações que afetam os negócios e a economia, papel esse que só o Governo pode desempenhar. O projeto dá os instrumentos para isso. Por um lado, a despesa pública pode crescer, em qualquer situação, num valor mínimo, para que os momentos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de recessão não obriguem a um corte de despesas que aprofunde a crise econômica; por outro lado, esse crescimento tem um limite máximo, que evita que em momentos de euforia econômica o governante gaste todo o ganho proporcionado pelo crescimento, obrigando, assim, que parte do crescimento da receita em períodos de crescimento acelerado seja poupadão. Os Deputados aperfeiçoaram esse instrumento, tornando fixos esses limites mínimo e máximo de crescimento real da despesa (0,6% e 2,5%), em qualquer mandato presidencial, evitando que a regra original seja descaracterizada ao longo dos anos pela LDO. Além disso, a licença para aumentar a despesa é bastante bem sintonizada com o aumento de receita, cumprindo mais uma vez a regra básica de não se gastar o que não se tem: acima do limite mínimo, a despesa só pode crescer até 70% do aumento da receita no ano anterior (ou até 50% desse aumento, caso a meta de resultado tenha sido descumprida). Mais uma vez, isso é o que qualquer família ou negócio fará.

Os investimentos na lei orçamentária precisam de alguma proteção especial.

O projeto tem a preocupação de resguardar os investimentos, as obras públicas, que tanto beneficiam as cidades e as empresas. No caso de termos recursos disponíveis, ou seja, se a meta de resultado primário positiva for cumprida e excedida, considerado o limite superior do intervalo de tolerância, o Governo poderá usar até 70% da sobra para pagar investimentos (obras públicas, compra de equipamentos e programas habitacionais). Além disso, o Orçamento terá de contemplar um valor mínimo (0,6% do PIB) para essas finalidades. Aqui também é um grande acerto do projeto: se está entrando mais dinheiro do que estava planejado e há mais recursos entrando do que despesas autorizadas no Orçamento, é muito razoável que parte dessa sobra seja usada para melhorar as condições de infraestrutura das cidades e de moradia da população de menor renda.

Os gatilhos de ajustes nas contas públicas são indispensáveis para resolver situações de crise.

O futuro não guarda só momentos de folga e bonança: haverá também tempos difíceis em que o dinheiro escasseia. Para lidar com esses momentos, a Câmara dos Deputados resgatou e incluiu no texto original do projeto os chamados gatilhos, que já constam da Constituição Federal, trazendo esses instrumentos para o centro do mecanismo fiscal.

Quando as metas fixadas para o resultado não forem alcançadas em um determinado ano, entra em cena uma série de limitações que impedem que as despesas de natureza obrigatória aumentem de forma incontrolada: não se poderá aumentar o quadro de pessoal ou os salários e benefícios do funcionalismo; criar ou aumentar outras despesas que sejam de natureza obrigatória (como novos auxílios ou benefícios sociais); criar ou aumentar linhas de financiamento com recursos públicos; nem conceder ou aumentar os incentivos fiscais. Só não fica vedado considerar, nos benefícios previdenciários e assistenciais, os efeitos da política atual do aumento real do salário mínimo.

Essas medidas parecem duras, mas são profundamente necessárias: em uma situação de dificuldade, quando falta o dinheiro, não é possível aumentar despesas que já não podem ser pagas e que vão ser, depois,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossíveis de cortar. Quando os adultos perdem o emprego, ou a firma perde um grande cliente, não é hora de entrar num financiamento de cinco ou dez anos para trocar de carro. Esses “gatilhos” são um instrumento fundamental para os gestores públicos, no Executivo e no Legislativo, enfrentarem o momento de dificuldade e reconduzirem a bom porto o barco das finanças do Governo.

Para resumir, os mecanismos que o projeto traz sobre a gestão dos resultados do Governo, receitas e despesas, investimentos e gatilhos de ajuste, são coerentes e bem estruturados. Por essa razão, entendemos que qualquer mudança nessa parte do projeto significaria desorganizar uma máquina que está bem sistematizada, prejudicando o funcionamento do conjunto. Essa é a razão fundamental de não acatarmos as muitas emendas que pretendem modificar os dispositivos do projeto nessa parte: qualquer mudança individual em algum artigo, mesmo que seja benéfica, tenderá a trazer desequilíbrio ao funcionamento conjunto desses mecanismos que estão bem articulados.

A Câmara dos Deputados incluiu no texto original a alteração da Lei nº 10.633/2002, de modo que o montante a ser transferido ao Fundo Constitucional do Distrito Federal passe a ser corrigido, a partir do exercício financeiro de 2025, não mais pela variação da receita... Isso aqui, eu já tratei desse assunto. É específico do Distrito Federal.

Das demais propostas de aperfeiçoamento. Eu já falei sobre o Fundeb, já falei sobre o fundo constitucional. Algumas das propostas recebidas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras são de extrema utilidade para a boa gestão das finanças públicas. São pontos que em nada contrariam os elementos centrais da arquitetura do projeto, não mexem naquilo que a Câmara está aprovando em relação ao ajuste fiscal, mas contribuem, complementam e dão maior clareza ao texto.

Inicialmente, a Emenda nº 66, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, propõe uma inovação muito importante e valiosa. Sugere que seja criado um “Comitê de Modernização Fiscal”, de caráter não deliberativo e integrado pelos dirigentes máximos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Tribunal de Contas da União. Esse grupo colegiado terá a missão de aprimorar a governança das finanças federais. Estamos propondo ajustes na iniciativa, com a finalidade de envolver também a participação de representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esse aqui não é deliberativo, seria um comitê que trataria... É uma emenda que nós estamos acatando, do Senador Vital do Rêgo, que tem um pedido do Presidente do Tribunal de Contas, Bruno Dantas, que fez esse apelo, e é importante.

O Senador Marcos do Val propôs uma série de emendas voltadas a ajustes de redação que tornam o texto da futura lei mais claro e mais preciso. Trata-se de emendas de redação apenas, sem alteração de mérito. Acatamos as que consideramos essenciais para o aprimoramento do entendimento dos mandamentos constantes do projeto. A Emenda nº 44 retifica falhas redacionais no art. 3º, §7º, substituindo “limites de pagamento e de movimentação financeira” por apenas “limites de pagamento” (pois as duas expressões têm exatamente o mesmo significado); “limites orçamentários” por “limites individualizados”



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(que é a expressão utilizada em diversos outros dispositivos do projeto de lei para definir o teto de gastos da União); e “intervalos de tolerância” por “limite inferior do intervalo de tolerância” (que é o que se deve observar para fins de cumprimento da meta de resultado primário).

Já a Emenda nº 48 simplifica e torna mais precisa a redação do art. 1º, §2º, mantendo a integridade do seu conteúdo, de natureza programática. Assim, primeiro, descreve o objetivo da política fiscal, como o alcance de níveis sustentáveis de dívida pública (e não, como está no original, “manter a dívida”, o que induziria a pensar que o objetivo seria mantê-la estática); depois, retira a expressão “em caso de desvios”, deixando claro que as medidas de ajuste fiscal são permanentes e voltadas para esse objetivo em qualquer circunstância (não apenas em caso de desvio); por fim, retira a duplicidade do final do artigo, na medida em que o alcance de níveis sustentáveis de dívida representa exatamente a garantia de sustentabilidade e solvência da mesma.

Por sua vez, a Emenda nº 49 aperfeiçoa o disposto no §3º do art. 2º, desdobrando-o em dois (3º e 3º-A). A emenda deixa claro que não apenas a lei orçamentária, mas também os créditos suplementares e especiais devem ser compatíveis com a meta de resultado primário, conforme atualmente preveem as leis de diretrizes orçamentárias e, por autorizar a abertura de crédito suplementar por ato próprio, as leis orçamentárias anuais. Contudo, durante o exercício financeiro, a apuração do resultado primário se fará pelo cômputo também das despesas pagas à conta de créditos extraordinários.

A Emenda nº 50 corrige a redação dos incisos do *caput* do art. 5º, pois a verificação do cumprimento da meta de resultado primário se faz em face do limite inferior do intervalo de tolerância, conforme previsto no §3º do mesmo artigo. Ocorre que os incisos do *caput* mencionam, de modo impreciso, a observância dos “intervalos de tolerância”.

Por fim, a Emenda nº 51 aperfeiçoa a redação de diversos dispositivos acrescentados à Lei de Responsabilidade Fiscal pelo projeto: no art. 4º, §5º, inciso IV, passa-se a utilizar a expressão “por cento” no lugar de “ponto percentual”, pois essa última é mais adequada para indicar a variação de uma grandeza ou variável normalmente medida em percentual, o que não é o caso; no art. 4º, §7º, a expressão “meta de resultado primário do orçamento fiscal e da seguridade social” por “meta de resultado primário do Governo Central”, que é a grandeza prevista no PLP 93 (conforme definido logo em seu art. 2º); e por último, no art. 9º, §4º, propõem-se melhoramentos na redação sobre audiências públicas em que se deve demonstrar o cumprimento dos demais resultados primários e a trajetória da dívida pública.

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLP 93, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação.

Quantos às emendas, votamos pela: (i) aprovação da Emenda 1, restando prejudicadas as emendas 5, 17 e 65, com o mesmo teor; (ii) aprovação das Emendas 39, 44, 48 a 51 e das emendas de redação propostas; (iii) rejeição das Emendas 4, 6, 7, 9 a 15, 18 a 34, 36 a 38, 40 a 43, 45 a 47, 52 a 59, 61 a 64, 67,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

68 e 70 a 74 e das demais apresentadas; e (iv) aprovação parcial das Emendas 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 e 69, na forma de emendas propostas a seguir.

Sala da Comissão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Relator, só para um esclarecimento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não faça pergunta difícil, mas pode fazer.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – O questionamento é: V. Exa. disse que teve conversas com pessoas importantes da Câmara, o Relator e outras pessoas proeminentes de lá. V. Exa. foi extremamente parcimonioso na aprovação de emendas. Isso quer dizer que as conversas com protagonistas da Câmara indicam que serão acatadas as emendas introduzidas por V. Exa.?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Bem, Senador Cid, é lógico que são duas Casas, e a Câmara Federal tem a última palavra nesse projeto, infelizmente. Se nós tivéssemos a última palavra, talvez algumas outras questões estariam colocadas aqui, como a questão de mudar o IPCA de junho para julho para dezembro a novembro.

Tem questões em que a Câmara decidiu, à unanimidade dos seus Líderes, que há um compromisso do Deputado Cajado em se reunir com as Lideranças da Câmara para ver as mudanças que nós estamos fazendo. Tenho certeza absoluta de que, com as conversas que eu tive com o Presidente Arthur Lira, com quem era meu papel conversar... Até porque o que eu tenho dito à imprensa vou dizer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras: não é nas costas de quem estica a corda que ela vai arrebentar. Não vai arrebentar nem nas costas do Senado, nem nas costas da Câmara. Se essa corda arrebentar, com certeza vai arrebentar na economia brasileira, e, com isso, deixaremos de gerar emprego e crescimento. Esse foi o meu entendimento.

Não é, de forma nenhuma, parcimônia, mas entendo que uma boa conversa, muitas vezes, é melhor do que uma grande briga. E eu tentei fazer isso, Senador Cid, entendendo que eu tenho todo o interesse em que o Brasil tenha sucesso, como V. Exa. tem. Agora, não houve um pedido sequer do Governo para eu fazer alguma mudança. Vamos deixar claro: essas mudanças são originárias do debate que eu tive. Pelo Governo, nós aprováramos do jeito que veio da Câmara, está certo? Então, eu tive uma reunião com o Ministro Haddad, que não me pediu para mudar absolutamente nenhum ponto. O que houve foi uma discussão do Planejamento para mudar as datas – somente isso! Em relação às outras coisas que foram aprovadas na Câmara, não houve nenhum pedido. Mas há um compromisso da Câmara dos Deputados Federais de que, a gente votando aqui, eles votariam o mais rápido possível lá as mudanças que nós estamos propondo aqui, no Senado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi o entendimento que eu tentei fazer, e espero que isso contribua para essa discussão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Omar, o senhor terminou o seu relatório? Já terminou?

O Senador Oriovisto pediu a palavra pela ordem?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Pedi.

Senador Omar, eu entendo perfeitamente o seu relatório e quero dizer que votarei favoravelmente, mas eu apresentei cinco emendas e o senhor rejeitou todas.

Eu me conformo com a rejeição de quatro delas, mas uma, realmente, eu não consigo entender. Uma emenda singela em que eu deixava claro que tudo que o Governo Federal quisesse vender ou privatizar ele poderia considerar como receita, o que ajudaria muito no objetivo do arcabouço, que vai depender de aumento de receita, era para dar uma liberdade a mais, para o Governo ter mais receita. Obviamente, se ele não quiser privatizar nada, não quiser vender nada, que não o faça, mas a minha emenda não obrigava a isso, não obrigava, aliás, a nada, era apenas para dar um direito a mais ao Governo.

O senhor recusou, deve ter motivos, eu gostaria de saber quais foram.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Não, não, pior que não tenho.

Não tenho, até porque nós fizemos isso quando a previdência do Estado do Amazonas estava falida. O Senador Eduardo Braga era o Governador, pegou o patrimônio, alienou e colocou tudo dentro da previdência, e isso deu resultado. Hoje é uma das melhores previdências, graças a essa atitude dele.

Não tenho, não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Calma, calma! Calma, calma!

A questão é a seguinte, este não é um Governo que vai privatizar nada, mas se V. Exa. quer, eu vou aceitar a sua emenda, sem problema nenhum. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Omar Aziz...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Esta questão, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a dor ensina a gemer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Vamos pela ordem aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu sinceramente... que seja considerada alienação para entrar no...

Agora, isso aí é uma prática que alguns estados brasileiros... o Paraná fez isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Isso contraria normas contábeis, mas tudo bem, até entendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso, eu acho que é uma coisa sensata e não é obrigatória.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em discussão o relatório.

Vamos pela ordem.

Senador Izalci, Líder. Senador Izalci, do PSDB, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. e ao Presidente Rodrigo Pacheco por terem escolhido realmente o Relator Omar Aziz, nosso grande Senador, que tem sensibilidade e que fez um belo relatório, mas eu quero agradecer de forma especial a todos os Senadores e Senadoras, que, em sua grande maioria, senão quase que unanimidade, nos apoiou na reivindicação com relação ao Fundo Constitucional do DF.

Eu aprendi que o ótimo é inimigo do bom. Então, eu quero agradecer aqui ao Eduardo Gomes, que foi a primeira emenda apresentada para retirar o fundo constitucional; ao Plínio, quero agradecer, porque, por um pedido meu, apresentou uma emenda, porque eu não sou titular aqui desta Comissão. Também com relação ao fundo constitucional, à Damares; ao Angelo Coronel, baiano, que também apresentou uma emenda de retirada do fundo constitucional; ao Weverton, o nosso Senador do Maranhão, que representa tão bem... E, para a minha surpresa – sou há anos o Presidente da Frente da Ciência e Tecnologia –, consolidou aqui, no arcabouço, com uma emenda do Senador Renan Calheiros, a lei, que nós aprovamos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por unanimidade aqui, de proibição do contingenciamento das áreas de ciência, tecnologia, inovação e pesquisa, então, agradeço também. Eu praticamente fui muito bem atendido aqui no fundo constitucional.

O Fundeb, quero aqui agradecer à Dorinha, que é a nossa líder da educação, sempre foi uma referência para nós, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, mas também ao nosso querido Alessandro aqui, que hoje também, como Presidente da Frente de Educação, apresentou juntamente conosco, o Senador Flávio Arns, a Senadora Mara e o Senador Angelo Coronel, pela retirada do Fundeb.

Isso demonstra realmente que a educação não é prioridade apenas no discurso; é uma prioridade real. E eu tenho certeza de que seria unanimidade na votação do Fundeb a retirada do texto do Fundeb.

Então, Presidente, eram essas as minhas considerações.

Ficaremos eternamente gratos, porque Brasília é a capital de todos os brasileiros.

Quero agradecer aqui também aos partidos do DF, à bancada federal, à bancada distrital, às associações todas que participaram desse movimento. Brasília agradece.

Parabéns a V. Exa.

Parabéns, Senador Omar Aziz.

Obrigado e parabéns pelo relatório maravilhoso.

Já vou aqui dizer que o PSDB orienta "sim", na votação do arcabouço fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra a Senadora Leila.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem que antecede, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Leila, o Senador Rogerio pediu questão de ordem.

Passo para o Líder do PL.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu quero agradecer de antemão à Senadora Leila, que é sempre muito gentil. Muito obrigado, Senadora.

É apenas para antecipar aqui, sem prejuízo da discussão, o nosso pedido de vista. Então, como é regimental, eu pediria a V. Exa. que acatasse. Nós temos o apoioamento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Rogerio, você não vai dormir hoje.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Durmo. Você é meu vizinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas por isso mesmo. Você vai ver o que é bom para tosse. Se você acha que hoje à noite você vai analisar esse relatório, o som vai ser alto lá, porque eu ouvi. (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, então eu solicito a V. Exa. o pedido de vista, com o apoioamento aqui da Senadora Tereza e do Senador Moro.

Aguardo a deferência de V. Exa., sem prejuízo da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pedido de vista coletiva concedida, em 24 horas, como foi o projeto da desoneração e da prorrogação da folha.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, tem uma outra proposta. O pedido de vista pode ser feito por horas também, não necessariamente até amanhã. Não necessariamente. Nós já pedimos pedido de vista aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Relator, Senador Omar Aziz, nós temos aqui vários inscritos. Pelo horário, pelo horário, é muito difícil conceder vista coletiva por hora, porque nós temos a sessão, que começa às 14h.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A que horas nós vamos nos reunir amanhã, então?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Às 9h da manhã, como foi feito nas outras vezes.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, eu só vou-lhe pedir um favor: V. Exa. suspende a reunião até amanhã e aí a gente mantém o quórum de hoje, porque vai ter amanhã também sabatina do Zanin. Aí eu quero pedir aos Srs. Senadores que a gente não encerre a reunião; que a gente suspenda a reunião até amanhã, às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Relator, Senador Omar Aziz, melhor ainda com a sabatina, porque é muito próxima aqui a sabatina com a nossa sala. E os Senadores vão ter o privilégio de observar bem a sabatina e vir aqui para a votação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É porque muitos Senadores que fazem parte desta Comissão também fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Amin, pela ordem.

O senhor está inscrito aqui. Realmente está inscrito.

Estou seguindo uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Estou inscrito para fazer um apelo ao Senador Omar Aziz, para que eu não tenha que guardar uma mágoa de um estudante de engenharia, filiado ao PCdoB, na época, que foi tentar bulir com o Governador da época, em Santa Catarina.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Nós fomos tentar dar um golpe lá... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tentaram, mas desistiram, ou seja, aderiram.

Então, para não brigar com ele, eu quero primeiro cumprimentá-lo pelo esforço que ele fez de conversar com Lideranças da Câmara. E foi muito sensato o que o senhor disse: "Olha, o que a Câmara vai decidir eu não sei, mas fiz a minha parte". E eu o cumprimento por isso, ou seja, tentou aparar arestas pelo menos naquilo que é possível e visível.

Segundo, eu quero dizer que quase o perdoei por ter simplesmente rejeitado as quatro emendas que eu lhe ofereci, quase perdoei, e não vou pedir tanto quanto o Senador Oriovisto conseguiu, porque sou a favor do que ele colocou como uma opção, como uma alternativa. Se quiser vender, é evidente. Se for seguir o teto de gastos, tudo isso fazia parte, não aumentava o teto; nos financiamentos internacionais, inclusive, não havia vantagem nenhuma em conseguir o financiamento internacional e com isso mostrar disciplina, razoável saúde financeira.

Então eu só quero lhe pedir que reexamine a Emenda 34 porque os investimentos da defesa nacional, olhem bem, desde investimento na fronteira do Brasil a projetos como o do submarino atômico, fragatas, são investimentos de longo prazo. Se a Força tem um fundo próprio, não abater o fundo próprio pelo menos parcialmente para subsidiar e dar um pouco de organicidade a esses investimentos, que são importantes para o Brasil, para nós que temos petróleo na camada do pré-sal, para nós que vamos continuar investindo em *offshore* de geração de energia... Eu peço sua atenção especial para a Emenda 34, em nome de uma necessidade patriótica do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu pedido, cumprimentando, pedindo desculpas à querida amiga, Senadora Leila, mas fazendo coro aos seus cumprimentos. Foi a senhora, foi a Senadora Damares, o próprio Senador Izalci, a bancada federal, estou vendo aqui, a Celina Leão, ainda da bancada, a Erika Kokay, com quem já travamos belos duelos e também belas parcerias na Câmara, e não posso deixar de mencionar o meu freguês de caderno no tênis, o Paulo Octávio, que me recebia muito bem, tomava surras constantes, mas nunca me destratou.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele que perdia, freguês de caderno.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Só para ser justo, além dos Deputados Distritais, Deputados Federais que me procuraram – e aqui está a Deputada Erika Kokay, na pessoa dela quero cumprimentar todos os Parlamentares que me procuraram –, um ex-Deputado que falou muito comigo, o Rogério Rosso, que é do meu partido, foi uma das primeiras pessoas a me procurar.

Senador Amin, nada contra, só que, se a gente começar a excepcionar, daqui a pouco nós vamos ter problemas. Vou analisar com todo carinho, pelo respeito que tenho ao trabalho deles...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senão quem não vai dormir é você.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Mas você não mora perto de mim.

(Soa a campainha.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Primeiro, eu quero agradecer aos Senadores aqui por me darem direito à palavra, assim como o senhor, agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, agradecer ao Senador Omar Aziz, agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela sensibilidade. Nós não tivemos tempo para fazer esse debate na Câmara e, de certa forma, isso nos angustiou muito. Eu falo da bancada de Senadores do DF, aqui, nesta Casa, e também da bancada federal, falo dos Deputados.

Houve uma ação, um movimento suprapartidário muito interessante na cidade – eu queria dizer isso para vocês –, foi um momento de união, sem olhar para o espectro, Senador Esperidião. Foi um momento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que todos nós nos unimos, inclusive ex-Governadores. O Senador Rodrigo Pacheco nos recebeu, assim como o Senador Veneziano.

Então, quero dizer a vocês que o que é mais importante vocês entenderam: o Fundo Constitucional não é um privilégio. Ele é fundamental para o custeio das nossas forças de segurança, que cuidam aqui do corpo diplomático, que cuidam da segurança da Esplanada, da Praça dos Três Poderes. Ele custeia também a nossa educação, a nossa saúde, que também atende o entorno. O senhor sabe muito bem que os Estados de Goiás, de Minas e, inclusive, da Bahia também estão aqui sendo atendidos pelo nosso sistema de saúde, pela nossa educação.

Quero dizer uma coisa muito interessante que foi falada pelo Senador Omar, que eu tive a oportunidade de falar no jantar, na semana passada, aos Senadores: quando nós nos sentamos nesta Casa, muitas vezes – e eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Casa –, eu vejo os Senadores virarem leões quando se fala em tirar um real dos seus estados. Que seja um real! E eu falei, naquele jantar, que iriam me ver tornar-me uma leoa, assim como a minha bancada aqui.

Então, eu quero agradecer a vocês não só em nome da bancada, de Governadores, de ex-Governadores, mas, acima de tudo, em nome do povo de Brasília. Brasília não é só essa Praça dos Três Poderes; Brasília tem mais de 3 milhões de cidadãos que dependem, e muito, desse Fundo Constitucional. Ela foi criada para ser uma cidade administrativa, mas trouxe o desenvolvimento para o Centro-Oeste – e Mato Grosso tem que reconhecer isso, Goiás tem que reconhecer isso. E hoje, se Brasília está aqui pedindo a vocês, fazendo esse apelo – não só eu, mas toda a minha bancada e também todos os políticos desta cidade –, é porque é fundamental para a saúde financeira da capital de todos nós.

Eu quero agradecer a todos vocês não só pela nossa bancada, mas, acima de tudo, pelos cidadãos da nossa cidade, da nossa capital.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Leila.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador, V. Exa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – E vamos votar... Desculpe-me.

E vamos votar. Amanhã, eu vou até ver...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Deputado Gilvan Maximo está aqui com a gente. Ele está aqui querendo votar, mas foi pedida vista. V. Exa... Eu vou ter que me retirar para dar uma analisada nisso aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Todo mundo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Amanhã, às 9h, estarei aqui. Se alguém tiver alguma coisa para me pedir... Vou aguardar, em respeito a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alessandro, com...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Leila, para complementar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Desculpe-me. Perdão, Alessandro, é rapidinho.

É só para finalizar, para dizer ao Senador Rogerio Marinho que, de fato, ele não vai dormir esta noite. É isso.

Obrigada.

E o Fundeb também. Parabéns à bancada que trabalhou para a saída do Fundeb dessa loucura dessa PEC do arcabouço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de fazer os agradecimentos ao nosso Relator, faço duas sugestões a V. Exa. A primeira delas é que determine um tempo de fala, uma vez que nós temos muitos inscritos; a segundo é que, ao final desse debate, se encerre a discussão e que, amanhã, tenhamos apenas a votação do relatório já apresentado pelo Senador Omar Aziz.

Dito isso, eu faço questão de registrar aqui o nosso agradecimento pela Frente da Educação, pela compreensão profunda do que representa o pacto federativo, a garantia de que educação vai ser prioridade, naquilo que vale de verdade, que é o orçamento. Não adianta ser prioridade só na palavra, no discurso. A gente vê isso há muito tempo no Brasil. E a sua ação, inteligente, política, consistente, garantiu que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudéssemos ter o Fundeb fora e garantiu a evolução das despesas tão necessárias para resgatar o nosso Brasil.

Então, meu agradecimento, em nome da frente, em nome dos brasileiros, pela exclusão do Fundeb e das demais medidas, todas elas muito meritórias.

Obrigado, Omar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Sendo muito breve, quero cumprimentar o Relator pelo seu esforço, pelo relatório. Eu acho que o pedido de vista de 24 horas é importante, Senadores, porque, inclusive, a população não entende que um projeto tão importante quanto esse tenha que ser votado rapidamente, em horas. Eu acho que 24 horas é duro, mas eu acho que é razoável, dá tempo de se ler.

Aproveitando aí que o senhor já atendeu o Senador Oriovisto, eu também quero dizer que o senhor rejeitou minhas seis emendas, mas eu o perdoou, de coração. Mas quero dizer-lhe que a Emenda 28 é semelhante à emenda do Senador Oriovisto. E, quando Ministro, eu sofri desse problema. Como disse o Senador Amin, investimentos, financiamentos externos, todos dentro do teto, criam uma decepção de você trabalhar durante meses para conseguir um financiamento e depois você não consegue colocá-lo de fato aprovado, colocá-lo em prática. Mas, no caso, aqui, é venda de imóveis. Então, eu gostaria que o senhor apreciasse a Emenda 28 com um pouco mais de carinho também.

Muito obrigada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Falarei com a Consultoria do Senado e com os assessores e lhe darei uma resposta.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A minha querida Senadora sabe o respeito que tenho...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... pela sua trajetória e pelo seu trabalho à frente do ministério, que foi muito importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho... Já se retirou o Senador?

Senadora Teresa Leitão, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Três registros.

Primeiro, a consistência e a robustez do relatório do nobre Senador Omar Aziz. À consistência de dados, de argumentos, de justificativas, Senador, eu quero agregar a sua capacidade de diálogo, a sua paciência pedagógica em ouvir a todos e a todas e também esse monte de emendas que lhe foram apresentadas.

Quero também destacar a boa vontade e a pontualidade do Governo em debater conosco, em várias reuniões, algumas, inclusive, com a presença dos ministros, outras com o corpo técnico, ocasião em que nós apresentamos também o contra-argumento para que se mantivesse o projeto original, o que dependia também do aceite de nossas emendas, como também todo o processo de esclarecimento ao qual nós nos dedicamos.

E, terceiro, quero dizer da minha satisfação em ter subscrito o apoio à Emenda nº 2, da Senadora Professora Dorinha, a Presidenta da Frente Parlamentar da Educação.

Eu, como professora, representante do meu partido, dentro do meu partido, do setor da educação, militante da educação, membro dessa frente, sinto-me também muito contemplada. Tanto eu quanto a Senadora Augusta apoiamos essa emenda e vejo que ela foi integralmente, Senador Izalci, incorporada. É a emenda que trata da retirada do Fundeb do projeto que veio da Câmara.

Importante a gente aprovar o arcabouço; importante essa adesão a essas emendas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senadora Dorinha, V. Exa. pediu a palavra?

Com a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria de destacar o cuidado do Senador Omar Aziz pelo seu relatório, toda a disposição de ouvir – e foram muitas reuniões – e o cuidado do diálogo com a Câmara, porque o nosso objetivo não é dizer: "Ah, no Senado, nós vencemos". Nós precisamos que o texto seja aprovado, consolidado. Eu entendo como um grande avanço do ponto de vista fiscal e orçamentário. Por várias vezes, estive na Comissão de Orçamento e acompanhei várias situações em que, às vezes, o relatório da receita apontava recursos disponíveis sem espaço para serem destinados a uma área prioritária. Então, o arcabouço dá um passo significativo.

Eu também quero dizer do cuidado que ele teve ao discutir com o Presidente Arthur Lira e com o Cajado, num respeito a essa construção.

Agradeço, em nome da educação, a inclusão do Fundeb no arcabouço, assim como o Fundo do Distrito Federal. São equívocos no meu entendimento, e equívocos porque, hoje, a realidade é que, nem no teto de gastos, nós estivemos dentro do teto de gastos. E a inclusão no arcabouço só pressionaria as outras áreas.

É um recurso constitucional que vai ser distribuído diretamente a estados e municípios, no caso do Fundeb. Então, a inclusão atrapalharia as outras áreas da educação e as demais áreas prioritárias da gestão.

Então, o Senador Omar Aziz tomou um ato de respeito, coragem e, ao mesmo tempo, uma compreensão de que nós estamos falando de educação pública, que atende a mais de 40 milhões de alunos, e essa inclusão do Fundeb iria prejudicar. Sim, tem prejuízo para a educação; não é verdade que não teria prejuízo financeiro nem para o Fundo do Distrito Federal, nem para a educação. Teria prejuízo, sim, mas teria também um prejuízo para as outras áreas.

Então, como Presidente de Honra da Frente Parlamentar e como Relatora do Fundeb, agradeço a atenção respeitosa e cuidadosa da retirada tanto do Fundo Constitucional quanto do Fundeb do arcabouço fiscal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Senador Omar Aziz, embora V. Exa. não tenha acatado a minha emenda, eu me sinto contemplado. Primeiro, a questão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, Omar, abrange não somente o Distrito Federal. O maior prejudicado seria o meu Estado de Goiás, uma vez que nós temos aí cerca de 1,5 milhão de pessoas que dependem desses recursos que são repassados ao Distrito Federal. E me senti mais contemplado ainda com relação ao Fundeb, mas, em especial, Senadora Leila, na questão da ciência e tecnologia na emenda do Senador Renan. Tanto eu como o Senador Izalci, ele como Presidente que foi da Frente Parlamentar, e eu, Vice-Presidente... E eu, como o Senador Gilvan, também, aqui, fui Presidente,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado Federal, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. É uma reclamação de todos. E, agora, vê-se isso sendo incluído, dando prioridade à ciência e tecnologia.

Parabéns, Senador Omar! Temos certeza de que nós vamos discutir essa emenda depois, com o apoio de V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – A Senadora Damares não falou, mas quero deixar claro que ela também me procurou, falou e pediu. Vamos deixar claro isso.

Senador Vanderlan, eu falei com V. Exa. que apoio o seu projeto. Em relação às suas emendas, a Consultoria achou que não era pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu entendi, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu peço desculpas a V. Exa. Não diria "não" a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mas me senti contemplado pelo Distrito Federal, pela educação e pela ciência e tecnologia, em especial.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu fui Presidente também da Comissão de Ciência e Tecnologia logo que eu cheguei aqui ao Senado e membro também desta Comissão e sei da importância que isso tem. Todo mundo fala muito em educação, ciência e tecnologia, mas, na prática mesmo, depois, quando a gente vai ver, os investimentos são pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – São pífios. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedo vista coletiva, e a matéria retorna à pauta, na reunião de amanhã, em fase de votação.

Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. encerrou a discussão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim. Está encerrada a discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu queria só sugerir – como amanhã nós temos a CCJ, com a sabatina do indicado para o Supremo Tribunal Federal – se poderíamos marcar esta reunião às 8h30, porque aí a gente ganha tempo para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Consulto os Senadores e as Senadoras se concordam com o horário: em vez de 9h, 8h30 a reunião de amanhã.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será 8h30.

Eu consulto o Plenário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Nós vamos dar sequência à nossa reunião deliberativa. Tem várias matérias ainda a serem discutidas.

E eu consulto o Plenário se podemos apreciar, extrapauta, o Projeto de Lei nº 4.188, de 2021, relatado pelo Senador Weverton.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero registrar a presença da Mayara Noronha, Primeira-Dama do Distrito Federal, que esteve aqui conosco. (*Pausa.*)

Projeto de Lei 4.188, de 2021, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 4188, DE 2021

Dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de contrato de alienação fiduciária, a possibilidade de oneração e de uso de direitos minerários como garantia, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de recursos no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da alíquota do imposto de renda sobre rendimentos de investidores residentes ou domiciliados no exterior produzidos por determinados títulos e valores mobiliários, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 8.009, de 29 de março de 1990, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, 73, de 21 de novembro de 1966, e 759, de 12 de agosto de 1969.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação com emendas

O relatório é favorável ao projeto, com 46 emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Weverton, para a leitura do seu relatório.

Senador, com a palavra.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu lhe pergunto se eu poderia ir para a análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Autorizado.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Análise.

Não há vício de regimentalidade. Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência, por deliberação do Plenário ou consulta de qualquer Comissão.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caput do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois, como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: a) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; b) generalidade normativa, que exige seja destinatário do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; c) inovação ou originalidade da matéria, ante as normas jurídicas em vigor; d) coercitividade potencial; e e) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

No que concerne ao mérito, a proposição é louvável, na forma abaixo.

Estamos diante de uma proposição que objetiva desburocratizar juridicamente as garantias creditórias. Nossos cidadãos, nossos empresários e nossa sociedade atualmente sofrem com transtornos jurídicos envolvendo o modelo vigente de garantias creditórias. As burocracias existentes aumentam os juros e dificultam a realização de empréstimos, ao reduzir a qualidade das garantias.

O mercado e a sociedade acabam suportando as consequências negativas disso, como a inviabilização de novos empreendimentos e de diversos projetos profissionais individuais. Torna-se maior a dificuldade das famílias brasileiras de adquirir bens importantes para o seu dia a dia e até para o seu trabalho, como automóveis, eletrodomésticos, computadores e telefones celulares.

A proposição é cautelosa. Ao contrário do que uma leitura apressada possa insinuar, a desburocratização das garantias não representa nenhum perigo adicional de aumento do endividamento da população. É que o controle do grau de endividamento da população é feito pelas instituições públicas incumbidas de fiscalização das operações de crédito, como o Banco Central, bem como pela sistemática de atuação das próprias instituições financeiras, que consideram o nível de endividamento e a capacidade de pagamento dos potenciais tomadores de crédito, ao decidir sobre a concessão de crédito.

Por exemplo, o Banco Central estabelece regras e limites para a atividade das instituições financeiras. Atualmente, em se tratando de garantias envolvendo imóveis residenciais de pessoa natural, há um teto para o valor da operação de crédito: 80% do valor do imóvel, se se tratar de financiamento habitacional; e 60% do valor do imóvel, se se tratar de *home equity*, assim entendidas as operações de crédito garantidas pelo imóvel residencial da pessoa natural. É o que estabelece o art. 6º da Resolução Bacen nº 4.676, de 31 de julho de 2018.

A proposição vale-se de experiências estrangeiras para aprimorar o sistema de garantias, a exemplo da utilização da figura do recarregamento de hipoteca com inspiração no direito francês.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ponto, sublinha-se que, na sua gênese, a proposição contou com a participação de diversos juristas de alta qualificação técnica, a exemplo de Fábio Rocha Pinto e Silva bem como de Melhim Namem Chalhub. No âmbito do Ministério da Economia, a proposição foi fruto dos trabalhos do Grupo de Estudo Temático (GET) instituído pela Portaria Sepec (Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade) nº 826, de 19 de janeiro de 2021. Desse grupo participaram diversos juristas e diversas instituições, a saber:

- i. Daniel Lago Rodrigues – Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Taboão da Serra/SP;
- ii. Fábio Rocha Pinto e Silva – Presidente da Comissão de Crédito Imobiliário e Garantias do Ibradim (Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário);
- iii. Francisco Eduardo Loureiro – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- iv. Gisela Sampaio da Cruz Guedes – Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
- v. Joao Carlos de Andrade Uzêda Accioly – Advogado;
- vi. José Antônio Cetraro – Consultor Jurídico da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança);
- vii. Luis Vicente de Chiara – Diretor Jurídico da Febraban (Federação Brasileira de Bancos);
- viii. Melhim Namem Chalhub – Especialista em Direito Privado e Parecerista;
- ix. Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Professor da Universidade de São Paulo e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;
- x. Pablo Waldemar Rentería – Doutor em Direito Civil e ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários;
- xi. Patricia André de Camargo Ferraz – Diretora de Relações Institucionais do Colégio de Registro de Imóveis do Brasil;
- xii. Robson Alvarenga – Presidente do Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo;
- xiii. Rodrigo Xavier Leonardo – Professor da Universidade Federal do Paraná.

Há algumas emendas a serem feitas por imperativos de técnica jurídica e legislativa, sem, porém, comprometer seu espírito de desburocratização. Externamos essas emendas ao final deste parecer para aprimoramento.

Em suma, fizemos as seguintes alterações:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 1) readequamos a ementa do projeto;
- 2) limitamos a redução a zero da alíquota de Imposto de Renda sobre rendimentos de beneficiários do domiciliados no exterior envolvendo fundos de investimento;
- 3) afastamos regras de transferência de recursos no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, por não estarem relacionadas com o objeto da proposição;
- 4) preservamos o monopólio da Caixa Econômica Federal em operações permanentes e contínua penhor civil;
- 5) suprimimos os serviços de gestão especializada de garantias, que seriam prestados pelas instituições gestoras de garantias (IGGs) por avaliarmos que sua criação traria burocratização ao sistema de garantias, uma vez que as instituições de crédito já constituídas possuem total capacidade para atender à população;
- 6) fizemos esclarecimentos quanto à inclusão dos emolumentos cartorários nas despesas levadas em conta no cálculo do piso do lance admitido no leilão fruto da execução extrajudicial da garantia;
- 7) esclarecemos as consequências da adjudicação do imóvel no caso de frustração do segundo leilão na execução extrajudicial da propriedade fiduciária no caso de financiamento residencial bem como da nova avaliação ou formas de alienação;
- 8) rejeitamos a flexibilização da proteção do bem de família. Esse foi o primeiro item a que V. Exa., ao me designar, também fez esse apelo, para que nós tirássemos qualquer tipo de possibilidade de penhora de bem familiar, que é inegociável, e que nós não deixássemos de maneira alguma que esse assunto viesse a ter êxito aqui nesta Casa;
- 9) corrigimos a injustificada restrição da proteção ao arrematante aos casos de créditos de instituições do Sistema Financeiro Nacional;
- 10) esclarecemos as regras de formação do quadro de credores no caso de concurso de credores;
- 11) asseguramos a inoponibilidade da prioridade original da hipoteca no caso de seu recarregamento perante direitos contraditórios;
- 12) realizamos ajuste redacional sobre a ordem de prioridade entre as obrigações alcançadas pelo recarregamento de hipoteca;
- 13) repelimos, por perda de objeto, o art. 18 da proposição;
- 14) detalhamos como será a formalização do título após a arrematação na execução hipotecária extrajudicial;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15) transpusemos, para o corpo da nova lei, a inclusão feita na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, acerca da execução extrajudicial de crédito hipotecário e da execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores;

16) ajustamos o texto para o fato de que a cláusula de revogação tem de vir depois da cláusula de vigência à luz do art. 3º, III, da Lei Complementar nº 95, de 1998;

17) ajustamos a redação do art. 167, I, da Lei de Registro Público à atipicidade do negócio jurídico translativo da propriedade ou de instituição de direitos reais;

18) afastamos a obrigatoriedade de *cross default* na extensão da garantia e ajustamos a execução nessas hipóteses;

19) repelimos a obrigatoriedade de *cross default* no caso de pluralidade de garantias, inclusive fiduciárias;

20) adaptamos a cessão do direito aquisitivo do fiduciante sem o consentimento do credor fiduciário;

21) ajustamos a multa por atraso no fornecimento da carta de anuência para baixa do gravame;

22) estabelecemos a exigência de tentativa de intimação eletrônica em conjunto antes da editalícia no caso de execução extrajudicial da garantia fiduciária

23) deixamos clara a extinção do saldo devedor remanescente apenas no caso de a dívida garantida provir de aquisição de imóvel;

24) esclarecemos que a extinção do saldo devedor remanescente tem de valer também para os casos de aquisição de imóveis em consórcio;

25) elucidamos que a extinção do saldo devedor remanescente tem de ocorrer para a aquisição de qualquer imóvel, mesmo os comerciais, diante do fato de o princípio do crédito responsável exigir que o financiador não promova o superendividamento dos adquirentes de imóveis;

26) clarificamos que a extinção do saldo devedor não pode ser burlada pelo uso da via judicial no lugar da extrajudicial;

27) ajustamos o texto para o caso de alienação fiduciária de segundo grau por clareza, com a consequente supressão de dispositivo que fazia remissão e que redundantemente tratava de sub-rogação;

28) incluímos medidas de solução negocial de dívidas nos Tabelionatos de Protesto;

29) contemplamos a leiloaria para os tabeliões de notas e os tabeliões de protestos;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

30) deixamos claro que tabeliães de notas e de protestos estão fora do alcance do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp);

31) tratamos da distribuição dos serviços atípicos prestados pelos tabeliães de notas com base em convênios;

32) previmos que o tabelião de notas pode certificar a ocorrência de condições de negócios jurídicos e ser mediador e árbitro;

33) disciplinamos a execução extrajudicial, uma vez que a desjudicialização desempenha papel fundamental na redução de custos e riscos de crédito;

34) excluímos a disciplina das garantias com direitos minerários;

35) indicamos os DETRANS como responsáveis pela execução extrajudicial de veículos;

36) tratamos do registro de transferência de imóveis no caso de concessão de exploração de energia elétrica;

37) adaptamos o objeto da lei;

38) retiramos a exigência de fiança bancária nas linhas de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento quando o projeto financiado estiver operacional e a empresa financiada oferecer garantias que cubram os índices estabelecidos nos contratos de financiamento;

39) simplificamos o procedimento de emissão de debêntures de modo a estimular uma maior liquidez do mercado secundário de títulos de renda fixa privado, reforçando a utilização das debêntures como fonte de captação de recursos pelas empresas;

40) definimos a competência dos tabeliães de notas para a apresentação de extratos eletrônicos relativos a bens imóveis no âmbito do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp);

41) previmos a competência do Registro Civil das Pessoas Naturais para emitir certificado de vida;

42) contemplamos a averbação de protesto em registros públicos relacionados a bens do devedor;

43) estipulamos novos serviços a serem prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto, como a emissão de Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), além de autorizar a cobrança por preço livre para serviços de emissão de duplicatas eletrônicas;

44) tratamos da dispensa de depósito prévio de emolumentos de protesto para títulos com vencimento dentro de 120 (cento e vinte) dias;

45) disciplinamos a intimação eletrônica no protesto; e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

46) afastamos a publicação de protesto em imprensa local impressa e prestigiamos a tendência atual de publicação eletrônica.

Eu estou, neste momento, Presidente, acatando a inovadora emenda de V. Exa., Senador Vanderlan, que altera o art. 18 da Lei de Parcelamento de Solo, para incentivar o fomento de linhas de crédito na produção de lotes urbanizados. Essa emenda coloca a total possibilidade de que o loteador ofereça, em garantia, os lotes de empreendimento simultaneamente ao município ou agente financiador de infraestrutura. Essa ação é meritória, pois poderá diminuir os preços dos lotes urbanos para a nossa população.

Diante, Sr. Presidente, do exposto, nós votamos pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.181, de 2021, com as emendas que eu acabei de ler.

Quero também, Presidente, aqui registrar todas as instituições que deram as suas contribuições, além do Governo, obviamente: a Febraban (Federação dos Bancos Brasileiros); a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança); a CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras); o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor); a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização; a Caixa Econômica Federal; a BMF Ativos; a Rede Nacional de Consórcios; a CNI; a Fecomércio; a Defensoria Pública de São Paulo; as Lideranças da Câmara dos Deputados, em especial a do MDB, que deu várias contribuições; a Confederação Nacional do Comércio; o Colégio Notarial do Brasil; o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil; a Associação dos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Brasil; o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib); o Governo Federal, que eu quero aqui enaltecer nas pessoas do Secretário Marcos Pinto, do Ministro Fernando Haddad e do Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin, que acompanharam e estão acompanhando de perto esse processo, passo a passo, em todos os diálogos que foram construídos; a Presidência desta Comissão, que é total entusiasta também desse projeto porque sabe que, junto com o arcabouço fiscal e com a reforma tributária, nós vamos criar condições para melhorar o crédito no Brasil, o que é fundamental neste momento difícil que estamos vivendo no Brasil; a Consultoria do Senado Federal, na pessoa do Consultor Carlos Elias, que foi um gigante, está ajudando na construção permanente desse texto aqui, porque, obviamente, a tendência é evoluir ainda mais até o dia da votação no Plenário; a nossa assessoria, na pessoa da Dra. Tatiana Bessa; e a todos os colegas Senadores que compreenderam esse momento importante dessa agenda que uniu aqui tanto a oposição quanto a situação no sentido de fazer com que esse projeto pudesse ser analisado neste momento e, tão breve quanto possível, ser votado nesta Casa, voltando para Câmara dos Deputados para que ela possa apreciar o nosso relatório.

É esse o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Agradecemos ao Senador Weverton.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Alessandro quer usar da palavra?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sim, Sr. Presidente, muito obrigado.

Antes de tudo, quero parabenizar o Senador Weverton pelo trabalho detalhado e cuidadoso e apresentar pedido de vista, naturalmente, para que a gente possa analisar com mais cuidado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alessandro, esse projeto não vai entrar em discussão hoje. Foi pedido, e foi consultado aqui o Plenário, que ele fizesse a leitura. Então, nós vamos suspender a reunião hoje para voltar amanhã, às 8h30, para as discussões.

Mas aqui, Senador Weverton, eu quero parabenizar V. Exa. por esse relatório. Sei que não é o trabalho, mas o quanto foi prazeroso para V. Exa. estar discutindo com todos os setores que estão envolvidos, ou que são beneficiados ou que estão sendo envolvidos nesse projeto. Já no ano de 2022, o projeto foi muito debatido, trata-se de projeto em torno do qual havia muito interesse. Ele foi apresentado pelo Governo anterior e contempla e desburocratiza muitas áreas, principalmente, Senador Weverton, com relação aos investimentos de fora do país, e o Brasil é um dos poucos países que cobra imposto de renda quando vêm investir aqui em fundos e tudo mais. Então esse projeto desburocratiza.

No Governo passado, quando conversava com o ex-Ministro Paulo Guedes perguntando a ele qual era a expectativa do Governo quanto à entrada de recursos em nosso país, ele disse: "Olha, Senador, o senhor não tem noção dos bilhões e bilhões e bilhões de dólares que entram no país a partir do momento da aprovação desse projeto".

Quero parabenizar V. Exa., que ouviu a todos e, em especial, porque acatou a minha emenda, que é uma emenda importante para dar mais segurança e também diminuir os custos dos loteamentos dos investidores que tem nos municípios.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento que eu queria que V. Exa. fizesse e, em seguida, quero fazer apenas um comentário para finalizar.

Neste momento V. Exa. está, então, dando vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não, não.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Hoje V. Exa. fez a leitura, e, não havendo mais nada a tratar, a reunião está suspensa e retorna amanhã, às 8h30, conforme aprovado aqui pelos membros da Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jaques Wagner pediu aqui que fosse às 8h30 devido à sabatina, com as matérias, com as outras matérias que são remanescentes desta reunião. Devido a ter se estendido bastante, a maioria dos Relatores pediu que se retirassem de pauta, e algumas vão voltar amanhã. São matérias importantes.

E, nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 54 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 21 de junho de 2023.

Já tendo sido deliberado o item 1, passamos à apreciação do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 93, DE 2023

- Não terminativo -

Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM AS EMENDAS N°S 1, 39, 44, 48 E 51 E AS EMENDAS DE REDAÇÃO QUE APRESENTA, E PELO ACOLHIMENTO PARCIAL DAS EMENDAS N°S 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 E 69, NA FORMA DE DUAS EMENDAS QUE APRESENTA; PELA PREJUDICIALIDADE DAS EMENDAS N°S 5, 17 E 65, E PELA REJEIÇÃO DAS DEMAIS EMENDAS.

Observações:

Foram apresentadas 75 emendas à matéria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É que eu estou fazendo um apelo ao Senador Ciro aqui, Senador Vanderlan. O Ciro, quando era Ministro, não era isso não, sabe? Agora ele...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu estou lendo aqui as emendas rejeitadas, e a minha está incluída aqui, Senador Omar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Faço minhas as suas palavras. Quando você também era oposição, não era assim também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Observações: Foram apresentadas 75 emendas à matéria.

O Senador Randolfe Rodrigues solicitou a retirada da Emenda nº 52, de sua autoria.

O relatório foi lido.

Encerrada a discussão, foi concedida vista coletiva da matéria até esta reabertura.

4. Foi apresentado o Requerimento nº 59, na CAE, dos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho, de destaque para votação em separado da Emenda nº 14.

Consulto o Relator, o Senador Omar Aziz, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Ele vai acatar a emenda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Sim.

Sr. Presidente, apresentamos nesta oportunidade a complementação de voto, porque eu acatei ontem a emenda do Senador Oriovisto, antes do pedido de vista, só estou complementando o voto para atualizar o relatório referente ao Projeto de Lei 93, apresentado no dia 20 do mês corrente, em virtude de mudança no acolhimento de determinadas emendas, já realizado durante a discussão na mesma data. Ao fim desse documento, atualizamos o voto em relação às emendas que propomos.

Emenda nº 56, do Senador Oriovisto Guimarães, altera o §3º do art. 1º para incluir no conjunto de medidas de ajuste fiscal a alienação de ativos e a privatização de empresas estatais. Nós acatamos.

Essa emenda, também a Senadora Tereza Cristina fez uma parecida que também contempla em relação à emenda que estou acatando do Senador Oriovisto. Foi um pedido da Senadora Tereza Cristina – conversei com ela ontem –, e está contemplado em parte o pedido que ela fez, a emenda dela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está vendo como eu sou bom com o PP?

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLP 93, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação.

Quantos às emendas, votamos pela: (i) aprovação da Emenda 1, restando prejudicadas as Emendas 5, 17 e 65, com o mesmo teor; (ii) aprovação das Emendas 39, 44, 48 a 51, 56 e das emendas de redação propostas; (iii) rejeição das Emendas 4, 6, 7, 9 a 15, 18 a 34, 36 a 38, 40 a 43, 45 a 47, 52 a 55, 57 a 59, 61 a 64, 67, 68 e 70 a 75 e das demais apresentadas; e (iv) aprovação parcial das Emendas 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 e 69, na forma de emendas propostas a seguir.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, já que a discussão foi encerrada ontem, Senador Esperidião Amin e, em seguida, Senador Rogerio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É pela ordem e pelo progresso, não é?

Sobre a Emenda 34, que o meu querido amigo, o nobre Senador Omar Aziz, alega não ter podido atender, eu quero deixar consignado isto aqui – não é uma queixa; é um registro histórico; prestem bem atenção –: o Brasil tem carências dramáticas no tocante à defesa nacional.

Vou mencionar três programas de longo prazo: o Sisfron, o sistema para dar proteção à nossa fronteira – isso não se faz num ano; são contratos, encomendas, algumas internacionais, que perduram por muitos anos –; o submarino nuclear fragata... São obras, projetos que perduram por década e mais do que década, como é o caso do submarino. Isso tem a ver com a soberania nacional. Nós vamos, cada vez mais, depender do mar e das fronteiras secas, digamos assim, não para guerrear, mas para nos proteger do tráfico, do crime internacional, para não sermos ponto de passagem de extravagâncias legais. E, por exemplo, o nosso aparelhamento aeroespacial e de controle de comunicações, que são investimentos, Senador Vanderlan, que perduram por muito tempo.

E o que nós estamos aqui tentando salvaguardar são exatamente essas despesas ou esses investimentos, melhor dizendo, que podem ser autofinanciados, ou seja, vindo do limite de gasto ou teto de gastos a ideia de que mesmo o que é financiamento é limite. Então, se o sujeito consegue se autofinanciar, ele não ganha nada com isso, porque ele recebe do orçamento ou do financiamento. Ele não tem como aumentar ou garantir uma receita através do autofinanciamento.

Por isso, eu quero dizer o seguinte: se essa é a posição do Relator, se isso vai para o Plenário – e eu vou voltar a insistir no Plenário –, mas eu gostaria que o Ministério da Defesa, o Ministro da Defesa, José



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mucio, que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentou um quadro patético, difícil, em termos de investimentos para as Forças Armadas nacionais...

E aí eu incluo a defesa cibernética, que é transversal às Forças Armadas, o comando de defesa cibernética. E criamos, mais uma vez, uma Subcomissão sobre esse assunto na CRE agora, já na gestão do Senador Renan Calheiros. Isso é transversal. Na Alemanha, defesa cibernética é a quinta força armada. A quinta força armada da Alemanha é defesa cibernética. E há países que têm dezenas de milhares de pessoas operando nisso.

Então, eu quero deixar registrado que não é um pedido assemelhado a qualquer outro que tenha a ver com custeio e mesmo com investimentos. Eu estou me referindo a despesas que podem ser sustentadas por financiamento.

Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogerio, pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O Relator tem precedência, eu falarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Relator, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, não há dúvida nenhuma de que tudo que o Senador Amin falou está correto. Primeiro, porque é um homem experiente, é uma pessoa que dá uma contribuição aqui no Senado. Muitas vezes alguns não têm nem noção do conhecimento e da história do Senador Amin.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Nunca. Não, ele fala nisso... Não, a gente ia dar o golpe. Tinha o Mauro Cid lá do lado, estava tudo preparado, mas não deu certo.

Mas deixa eu lhe falar, Presidente. O Senador coloca que realmente é uma excepcionalidade que o Governo tem que tratar como excepcionalidade, e através de um projeto de lei para cá, sinceramente, Senador Amin, e eu estarei apoiando esse projeto de lei, não tenha dúvida nenhuma.

A minha região, a Amazônia, é totalmente desguarnecida. E aqui, quando eu falo, Ciro, eu não estou falando só da entrada do narcotráfico, eu estou falando da saída de minério e de ouro. Uma balsa hoje tira,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mês, 30kg de ouro, e está saindo. Eu estava falando agora com o Secretário de Mineração, que também queria que eu tirasse do arcabouço a questão da mineração. Eu disse: "Olha, se eu tirar do arcabouço a mineração, eu tenho que tirar a enfermagem, tenho que tirar isso, aquilo, tem o Senador Amin que me pediu". Aí nós vamos desestruturar tudo aquilo que foi estudado pelo Governo.

Mas a excepcionalidade... Eu acho que tem que partir do Executivo, e do próprio José Múcio, um tratamento diferenciado para as Forças Armadas. Não sou contra. Aliás, a Marinha sempre contou com emendas minhas, porque eu sei da necessidade de uma logística na Amazônia que não tem. Tanto é que eu sou favorável, e tem um projeto meu aqui, Senador Rogerio, criando a Polícia Hidroviária Federal na Amazônia. Vocês não têm noção do que acontece hoje com os ribeirinhos, com os caboclos. E hoje, se você for a um município... Tem município em que, hoje, o narcotráfico emprega mais do que a prefeitura. Então, falar para mim de uma realidade que eu vivo... Não me diga da importância. É superimportante! O Comando Militar da Amazônia é um comando que tem 25 mil homens, é o maior comando que tem no Brasil, e que toma conta das maiores riquezas, da biodiversidade, da mineração, de tudo aquilo que a natureza nos deu, e a importância das Forças Armadas dentro do meu estado e na Amazônia em si é muito grande. A parceria que eu fiz, como Governador... Teve época, Senador Amin, que as Forças Armadas, o Exército, não tinha combustível para voar. Então, eu sei das dificuldades por que passam as Forças Armadas. E quando V. Exa. fala sobre avanço de tecnologia, é lógico que, se a tecnologia chegar à Amazônia, nós teremos muito mais facilidade para controlar o que entra de errado no país e o que está saindo de riqueza do país, numa parceria, lógico, a que eu sou favorável, e o apoiarei.

Infelizmente, neste momento, eu estou justificando a emenda do Senador Amin e de outros Senadores também, que fizeram o mesmo pedido, para dizer que se eu começo a tirar... Eu tenho uma justificativa para o Fundo Constitucional, de Brasília. Eu tenho uma justificativa, um apelo nacional do Fundeb, que foram a questões que eu mudei, tirando de lá; e para a ciência e a tecnologia, pelo que nós passamos há poucos anos, há um ano, pelo que nós estávamos vivendo. Então, nessa questão, eu lhe peço desculpas, mas eu o apoio.

Eu vou ter uma conversa com o Ministro José Múcio. Nós precisamos trazê-lo, conversar e ver de que forma nós podemos dar uma excepcionalidade a quem protege as nossas fronteiras, a quem tem a obrigação constitucional de proteger o Brasil, que são as Forças Armadas.

Eu estarei ao seu lado nisso, Senador Amin, mas eu peço desculpas por não acatar a sua emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em tempo, registro a presença da Vice-Governadora Celina Leão.

Obrigado pela sua presença. É um prazer para nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso Relator, Senador Omar, o que o Senador Esperidião Amin disse vai ao encontro de que os fundos têm recursos, principalmente, o Fundo da Aeronáutica, das Forças Armadas, praticamente, de mais de R\$3 bilhões, hoje.

O Sistema de Vigilância da Amazônia, que foi discutido, que foi bem-defendido por ele, também está na nossa emenda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Sim. V. Exa. é um dos autores da emenda, juntamente com o Esperidião Amin, e mais alguns outros Senadores, que também fizeram emenda igual à de vocês dois.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – E são recursos próprios. Não se está mexendo em outros recursos. Não vai ser usado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – E vai ficar para compor o teto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Rogerio...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Senador, é rápido.

É só para pedir a V. Exa. para convidar, se o nosso Relator aceitar, a sentar ao seu lado, pois fica melhor para que a gente possa olhar para ele na hora da discussão das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Mecias, tinha que ser lá de Roraima mesmo para dar uma ideia brilhante como essa.

Senador Omar, o senhor está convidado, intimado para sentar aqui, ao lado do Presidente. Na verdade, está muito ruim aqui só.

Então, sente aqui.

Também aqui está presente, quero registrar, a Deputada Erika Kokay. Ela está presente aqui conosco.

Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Pensei que era Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Era V. Exa., aí deu uma saída...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas, Sr. Presidente, o Senador Rogério Carvalho é mais velho do que eu. Se quiser, ele pode falar primeiro. Não tem problema nenhum. Se não, eu vou usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É muita cortesia hoje.

Vamos lá, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa. a deferência que V. Exa. faz de nos permitir falar um pouco a respeito do projeto, após a apresentação, ontem, do brilhante relatório feito pelo Senador Omar Aziz, com a sua experiência de Senador, de Governador de estado, de Deputado, de alguém que tem serviços prestados e condição, responsabilidade e capacidade de se debruçar num texto complexo como este. É um texto que, ao fim e ao cabo, vai definir a forma como nós vamos tratar a questão fiscal do nosso país nos próximos anos.

Por isso, ontem, nós pedimos esse lapso temporal, eminent Relator, para que nós pudéssemos nos debruçar sobre o texto que V. Exa. elaborou, com propriedade, sem leviandade, sem afogadilho, para que pudéssemos hoje falar a respeito de um assunto que diz respeito também, desculpe-me aqui a redundância, à vida de cada cidadão brasileiro.

Nós estamos discutindo aqui o futuro do país. Nós não estamos falando aqui de um projeto, de qualquer matriz, sem nenhum desrespeito a qualquer outro projeto que tramita nesta Comissão, ou em qualquer Comissão da Casa, mas nós estamos tratando aqui da maneira como o país vai se comportar nos próximos anos e como isso vai impactar na vida das pessoas comuns, no preço dos alimentos, na perspectiva de geração de emprego, de renda e de desenvolvimento, do nosso tamanho como nação.

Por isso, pedi esse lapso, e agradeço a V. Exa. a oportunidade.

Eu quero começar dizendo que o relatório que o Senador Omar Aziz faz não é um relatório que repete a Câmara. O Senador teve o cuidado de se debruçar sobre o tema com propriedade, de fazer reparos, apontamentos, enfim, de enriquecer o projeto com a sua visão de mundo e com a sua experiência, que já reputei aqui como louvável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aqui aos nossos pares que o meu posicionamento não é um posicionamento com nenhum viés ideológico, mas de uma visão que tenho de país, também fruto da minha experiência como cidadão, como Parlamentar, como brasileiro.

Eu quero começar lembrando aos senhores que, num passado recente, nós tivemos um Governo que hoje se repete, com alguns personagens que são os mesmos e com métodos que são similares, que são parecidos, que são os mesmos. E o resultado desse Governo, ao final de quase 14 anos, foi a maior recessão que o país já teve, desde 1948. Eu vou repetir, porque às vezes passa despercebido às pessoas, no meio de um amontoado de palavras, mas esse é um fato que eu gostaria de deixar muito claro. O resultado dos métodos que foram utilizados num passado recente e que voltam agora com uma roupagem nova, mas são as mesmas práticas, nos levaram a uma recessão que foi a maior que o Brasil teve desde 1948.

E vale lembrar, sem nenhum fator superveniente: não houve crise de bolsa, não houve crise de energia, não houve crise sanitária e não houve crise de alimentos; houve crise de gestão, houve crise de comando, houve equívocos gerenciais, houve más políticas públicas implementadas em nome de um populismo irresponsável, que cobrou do Brasil um preço muito severo.

Nós tivemos, em 2015 e 2016, uma queda do nosso Produto Interno Bruto ímpar, de quase 8%. Nós vimos um decréscimo de 8% da nossa riqueza, em dois anos apenas. Nós tivemos uma taxa de desemprego que foi catapultada a quase 14% por ano. Nós tivemos a perda do nosso grau de investimento. E ficou evidente que as reformas estruturantes, que eram importantes, foram relegadas, deixadas de lado, por um viés ideológico.

Olhe como a história se repete. Tudo o que foi feito, Sr. Presidente, de 2016 a 2022, de forma virtuosa, no sentido de reconstruir o país, de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e da sobriedade econômica, está sob ataque. Nós estamos vendo Ministros de Estado falando em atacar a reforma trabalhista, em atacar a reforma previdenciária e desconstruir os marcos regulatórios importantes que permitiram aportes significativos de recursos de empreendedores locais e internacionais.

E, aí, eu falo sobre a questão do saneamento. Tivemos a oportunidade de discutir aqui com os Ministros – o Sr. Rui Costa, o Sr. Jader Filho –, que se dignaram a discutir com o Parlamento um assunto tão importante como este, e eu disse, naquela oportunidade: nós podemos discutir o mérito, porque qualquer governo que assume democraticamente tem o direito de implementar a sua agenda, mas nós não podemos abrir mão da forma, sob pena de apequenar o Parlamento brasileiro. Não é um decreto que se contrapõe a uma lei, é uma outra lei ou uma medida complementar.

Nós assistimos, na questão dos precatórios, a um projeto que foi aprovado por esta Casa – pelo Congresso Nacional, como um todo –, a questão da constitucional, que foi sobreposto por uma portaria da Advocacia-Geral da União.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vendendo a questão da Eletrobras, a capitalização desse sistema tão importante para a energia e o desenvolvimento do Brasil, em que o Estado brasileiro não tinha condições de aportar os recursos necessários não só para a manutenção como para a expansão do sistema; e o Governo argui a constitucionalidade da divisão, da forma de gerir aquela empresa, que permitiu que quase milhares, centenas de milhares de brasileiros capitalizassem aquela empresa.

Então, nós estamos vendendo os mesmos métodos sendo repetidos.

E, agora, o Governo vai lançar, de novo, o PAC. O PAC, que permitiu que nós, ao entrarmos no governo – e isso desde a época do Temer –, encontrássemos milhares de obras paralisadas. Por quê? Porque, de repente, diminuiu a arrecadação do Governo.

E diminuiu por um motivo muito simples, Sr. Presidente. A arrecadação diminuiu porque a economia parou de rodar. E a economia parou de rodar porque começou-se a gastar, a aumentar a despesa sem se preocupar com a receita, sem se preocupar com a qualidade do gasto público e sem se preocupar com a retirada de gastos ineficientes.

E ao que é que nós assistimos, Sr. Presidente? À mesma prática. Nós aumentamos, do final do ano passado para cá, em quase 200 bilhões a nossa dívida pública com a PEC da transição. O próprio arcabouço fiscal... É melhor o arcabouço fiscal do que nenhuma outra lei, eu não tenho dúvida nenhuma. É importante, nós não estávamos aqui numa terra sem lei, é importante a gente ter algum marco.

Mas, para que ele se sustente, para que ele se ponha de pé, o Ministro faz um discurso em que ele generaliza a retirada de subsídios, e nós vamos votar aqui no Senado, provavelmente hoje, mas até hoje eu não sei quais são os subsídios que o Governo vai retirar do orçamento da União. Até pergunto ao eminente Relator se ele tem essa informação de quais serão os subsídios que serão retirados para colocar de pé esse arcabouço fiscal. Porque o Ministro fala em retirar subsídios, mas não diz quais subsídios vão ser retirados para permitir que esse arcabouço tenha subsistência no futuro. Pelo contrário, o Governo apoia, aqui, um projeto em que se aumenta o subsídio, com recursos do FAT, na questão do PID.

É meritório, mas, neste momento, o Governo institui um programa para comercializar carros novos; hoje, inclusive, vejam, senhores, nós estamos utilizando mais de 40% dos recursos subsidiados que o Governo oferece para renovar a frota das empresas que alugam carro no país. Quem que essa gente está ajudando? Os mesmos? É o Robin Hood às avessas: está retirando dos pobres, aumentando o óleo diesel – que encarece o preço dos produtos de primeira necessidade – para enriquecer aqueles que já são muito ricos no país.

Então, é evidente que alguma coisa está errada, não se põe de pé. Nós temos hoje uma necessidade. Vejam, para que tenhamos esse arcabouço de pé, em 2024, para o crescimento...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... das despesas ficar em 2%, aproximadamente, nós teremos que crescer 1% na arrecadação; são R\$227 bilhões. Há R\$236 bilhões, como ouvimos ontem, dos nossos debatedores. E são dados, Sr. Relator – eu lembro –, não apenas dos debatedores que aqui vieram, mas do instituto fiscal aqui do Senado da República. Quer dizer, para pôr de pé e para atingir as metas fiscais que o próprio Governo estabelece dentro do arcabouço, ou seja, de zerarmos o déficit no próximo ano, nós precisamos aumentar nossa arrecadação em R\$237 bilhões. E o que nós vemos? O Governo na direção oposta.

Quem é que não quer aqui ajudar o Distrito Federal? Quem é que não quer aqui ajudar a educação brasileira? Quem é que não quer aqui ajudar a saúde, a ação social, o desenvolvimento do país, equalizar as diferenças regionais, melhorar a situação como um todo? Agora, é bom lembrar que, ao final de 2016, nós baixamos para quase 14% ou 14,5% a relação de investimento com o PIB, graças às políticas equivocadas que estão sendo reiteradas agora. E, ao final de 2022, isso chegou a acima de 19%, nós vimos um aumento de mais de 5 pontos percentuais, com dificuldades fiscais. Por quê? Porque nós criamos um ambiente negocial para que quem empreende no país se sentisse confortável em investir no país, e trouxemos investidores externos para fazermos o mesmo. Por isso, aumentamos em mais de R\$400 bilhões por ano a quantidade de recursos, que permitiram que o país se transformasse num canteiro de obras.

Veja apenas a questão do saneamento, que o Governo ataca agora, permitindo, por exemplo, que as empresas estatais... Muitas delas, eficientes, é verdade, mas a grande maioria não respondeu à necessidade, ao desafio da universalização. Têm mais cinco anos, Senador – cinco anos –, para provar que têm capacidade técnica e financeira para fazer a universalização de água e esgoto do país. Bom, vamos perguntar ao ribeirinho lá do Amazonas, ou da Região Amazônica, se ele quer esperar mais cinco anos sujeito às doenças endêmicas. Vamos perguntar às pessoas que moram nas palafitas da Região Nordeste, nas periferias das grandes cidades.

Então, nós estamos, hoje, num momento em que há uma necessidade de discutirmos a situação do Brasil à luz dos números da realidade e de um passado recente, muito recente. Então, por isso, senhores, é que eu não poderia deixar de falar aqui, elogiando o trabalho que o Relator faz, do esforço que este Parlamento tem feito para ajudar este Governo. Este é o primeiro ou é o segundo projeto – nós estamos no meio de junho – que estamos discutindo aqui oriundo do Governo Federal.

É o segundo; o primeiro foi aquele da questão da igualdade do salário das mulheres, a questão remuneratória de subsídios e salários. Esse é o segundo projeto, as outras foram medidas provisórias.

Então nós estamos aqui dispostos a ajudar o Governo, dispostos a ajudar o país, dispostos a ajudar no que for bom para o país e para a nação brasileira, mas nós não podemos colocar a nossa digital num projeto que claramente não vai sobreviver ao primeiro ano. Estou dizendo aqui e que fique registrado: no próximo ano de 2024 – olhe a minha ousadia –, o Governo não vai cumprir a meta fiscal. Oxalá eu esteja



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errado! Oxalá eu esteja errado, mas o Governo vai ter dificuldade de zerar o déficit no primeiro ano. Então, no primeiro ano de vigência, o arcabouço vai sobraçar.

E lembro também que, por ocasião da elaboração da PEC da transição no ano passado, foi dito que os recursos que seriam acostados de forma extraordinária no Orçamento teriam a vigência de um ano. O que nós estamos agora convalidando com a aprovação do arcabouço é que essa situação se estabeleça como fato pelos próximos quatro anos, com acréscimo real mesmo que não haja crescimento da receita. Mesmo que não haja crescimento da receita, nós vamos impactar a dívida pública. E todos aqueles que falaram aqui, inclusive do Governo, reconhecem que nós não iremos estabilizar nos próximos dez anos a trajetória da dívida pública, e nós sabemos o mal que isso acarreta à sociedade brasileira, principalmente aos mais humildes, que este Governo afirma querer ajudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, qual é o tempo de que vou dispor? Qual é o tempo que eu tenho para poder me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O menor tempo possível, inclusive eu queria pedir aos Senadores e Senadoras que queiram usar da palavra pela ordem que sejam o mais breves possível para nós irmos para a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, Presidente, eu quero dizer que nós vivemos, depois dessa âncora fiscal chamada teto de gastos, o maior período pró-cíclico de desaceleração da economia da história do Brasil. E a gente sabe muito bem – e não precisa ser economista e nem precisa ser vidente, as evidências apontam nesse sentido – que diminuição de dívida pública geralmente se dá com crescimento econômico. Ao longo desse período não teve crescimento econômico, porque todas as políticas foram contracionistas: redução de gasto público, redução do investimento público, e isso diminui e interfere na atividade econômica.

Nós temos um dado. Quando começaram a distribuir dividendos bilionários da Petrobras, a gente viu o que aconteceu com a economia do Brasil. Os R\$100 bilhões distribuídos sob a forma de dividendos representaram quantos bilhões de aumento na taxa de juros? Quatrocentos bilhões para uma minoria se beneficiar. Essa foi a política acertada que reindexou a economia brasileira, que trouxe variáveis externas para aumentar a inflação e nos dar uma taxa de juros de herança de 13,75%?

Esse é o Governo exitoso que a gente ouve defender? O Governo da contração da economia, o Governo que entregou o próprio Governo a determinados setores econômicos para aumentar o seu ganho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma exorbitante e recolocar mais de 30 milhões de famílias na extrema pobreza e na miséria? Um Governo que não conseguiu entregar nada do Casa Verde e Amarela, do Minha Casa, Minha Vida! Um Governo que fala em milhões de obras, mas tem 20 mil obras paradas, neste momento, paralisadas por falta de investimento. Que Governo exitoso é esse? Um Governo que não usou o instrumento da remuneração dos depósitos voluntários para acabar com 11% da dívida bruta brasileira, mais de R\$1 trilhão, porque não interessa aos bancos, porque retirar 11% da dívida bruta brasileira nos coloca num patamar de dívida interna muito melhor do que a maioria dos países do mundo, e era muito simples, era só ir eliminando as operações compromissadas e substituir por remuneração voluntária, para fazer liquidez interbancária. Isso interfere na dívida pública, isso não é a autoridade fiscal que faz, é a autoridade monetária, a mesma que segura os juros a 13,75%, é ela que mantém as operações compromissadas num nível de 11%, mais de 1 trilhão da nossa dívida. Isso impacta na taxa de juros, isso diminui a margem fiscal.

Então esse Governo de que eu ouvi falar talvez tenha sido um Governo antes do boicote e da sabotagem que sofreu a Dilma Rousseff, quando optou, na minha avaliação humilde e modesta, em fazer desonerações. Ao fazer desonerações, perdeu capacidade de fazer investimento, perdeu a capacidade de fazer a economia crescer. Ali ela cometeu um erro, porque acreditou que o setor privado faria os investimentos, que não fez. Fizeram dividendos e reduziram a capacidade do Estado brasileiro de fazer investimento e de tocar a economia.

Neste momento, a gente está criando um marco fiscal ou um arcabouço fiscal ou um regime fiscal, mas novas âncoras fiscais, que é o que importa do ponto de vista técnico, que dão condição de o país ter margem para o crescimento econômico, para reduzir a dívida pública... E eu pergunto qual é o país do mundo que tem sua dívida toda em moeda nacional que é menos do que um PIB? Qual é o país do mundo? Vejam o que disse a Bloomberg, vejam o que disse a reportagem que saiu esta semana da Standard & Poor's sobre a nota do Brasil, sabem por quê? Porque a nossa dívida é em real, porque parte dessa dívida é operação compromissada por falta de ação do gestor monetário, que já devia ter eliminado isso. Nós poderíamos estar com uma dívida de menos de 70%.

Para concluir, Sr. Presidente, eu pergunto qual o país que tem dívida em real, que tem esse percentual da dívida, com um potencial enorme de crescimento, com o tamanho que a gente tem, com o mercado de crédito de carbono que pode ser trilionário, qual é o país do mundo? Faltou governo. Na prática, nós não tivemos governo em 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Ausência total e absoluta de governo. Quem governou o Brasil foram grupos empresariais do mercado. Não foi nem o setor produtivo, que tem algum grau de responsabilidade com a geração de emprego e de riqueza para este país.

Por isso, Sr. Presidente, parabéns, Omar Aziz, sempre brilhante em tudo o que se propõe a fazer e, aqui, cumpre uma tarefa extraordinária para o futuro de um país que tem Governo, que tem rumo, mas no qual nenhum governo é 100% assertivo, porque o plano, como dizia o velho Ministro do Allende, Carlos Matus: o plano só se completa na ação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos fazendo um plano para se completar na ação, e depende de cada um de nós a construção desse plano, da responsabilidade de todos os brasileiros e brasileiras e, principalmente, destas Casas que têm a responsabilidade, porque, ao contrário do que dizem, estas Casas – e essa é a prova, o que nós estamos fazendo aqui – têm responsabilidade de governo, porque este é um regime parlamentarista que tem um Presidente como Chefe de Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Vanderlan, também quero cumprimentá-lo pela condução sempre brilhante dos trabalhos desta Comissão.

Quero cumprimentar o nosso eminentíssimo Relator, meu querido amigo Senador Omar Aziz.

Aqui eu quero, Presidente – cumprimentando todos os colegas, Senadores e Senadoras –, começar fazendo um apelo ao nosso eminentíssimo Relator.

V. Exa., eu sei, sempre se dedica ao máximo para fazer tudo da melhor forma possível para atender os interesses do nosso país. Inclusive, já agradeço de antemão ter acolhido uma das minhas emendas, que é a exclusão do Fundeb do teto de gastos. Mas, Sr. Relator, querido amigo Senador Omar Aziz, eu gostaria de fazer um apelo por mais quatro emendas.

O teto da enfermagem, o piso da enfermagem, está dentro do teto de gastos. Isso prejudicará sobremaneira os estados, sobretudo os estados mais pobres, como também os municípios, os municípios menores do Brasil, do Norte, Nordeste, como a nossa pequena cidade de Uiramutã, lá no norte de Roraima – fronteira com a Venezuela e com a Guiana –, Normandia, Bonfim.

Esses municípios, Senador Omar, certamente terão dificuldades se houver, aí, um engessamento para transferência de recursos da União para auxiliar esses municípios e estados. Só o Estado de Roraima tem 7 mil trabalhadores da enfermagem – só o Estado de Roraima tem 7 mil enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.

O setor de enfermagem é, sem dúvida nenhuma, essencial para todos nós, e nós só podemos, só verificamos isso, de fato, na pandemia. Todo mundo soube agradecer ao enfermeiro. Nós tiramos o fundo constitucional – e eu parabenizo V. Exa. por isso –, tiramos o Fundeb – e parabenizo V. Exa. por isso. O Governo está alargando as dívidas. Por que não tirar e dar uma segurança jurídica para a classe de enfermagem do Brasil? É o pedido que eu faço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Presidente Vanderlan, eu gostaria de fazer um destaque a essa emenda do piso da enfermagem.

A outra, Senador Omar, é com relação aos casos de vulnerabilidade social, de emergência, principalmente quando é decorrente de fluxo migratório. É o caso que vive, muito de perto, o Estado de Roraima, e depois de nós, o Estado do Amazonas. O que nós estamos propondo é que o Governo Federal, ao ajudar os estados que vivam ou estejam passando por uma crise emergencial ou vulnerabilidade, principalmente decorrida de fluxo migratório, por crise humanitária, facilite a transferência de recursos da União e que esses recursos não venham a somar no teto de gastos.

Eu estou ajudando o Governo a resolver o problema do Brasil, dos estados que têm aí inúmeros problemas de vulnerabilidade social, enchentes torrenciais, que destroem. Vivemos isso agora no Rio Grande do Sul, do nosso querido Senador Paim. É um pedido que faço a V. Exa.

O outro pedido, Senador Omar, Presidente Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores... O meu medo, com todo respeito, é do plano que está sendo feito. O plano que está sendo feito, Senador Omar, é para permitir à União fazer todos os tipos de dívidas possíveis, que gaste o máximo que puder, tenha ou não tenha receita. Esse plano não pode dar certo.

Ora, haverá crescimento real dos limites da despesa primária, ainda que não haja qualquer crescimento real da receita ou, pior ainda, que haja decréscimo real da receita primária. Enfim, criou-se um piso para o crescimento real dos limites, de 0,6%. Se o país estiver numa crise, mergulhado numa crise, nós ainda vamos autorizar o Governo a gastar 0,6%. É totalmente desprezado isso.

E eu apresentei uma emenda, Senador Omar, como outras aqui foram apresentadas, respeitando o 0,6% que o Governo propôs, no primeiro ano. Se ele não atingir a meta no primeiro ano, vamos reduzir para 0,3%. Se ele não atingir a meta no terceiro ano, vamos reduzir para 0,1%. Qual é a penalidade para o Governo se ele não precisa cumprir a meta e vai poder continuar gastando o tempo todo?

É o apelo que faço aos Senadores, às Senadoras. E, mais uma vez, parabenizo o meu colega Senador Omar, porque eu sei que V. Exa. tem se esmerado muito, com muita competência, coragem e determinação, o que lhe é peculiar, ao fazer o melhor possível neste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, para fazer um último apelo ao meu querido, um dos grandes amigos que eu tenho em minha vida, Senador Omar, um grande Senador por Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto, quando chegou à Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, na prática era uma pedalada fiscal. Foi aprimorado pelo nosso Relator Claudio Cajado e aqui pelo trabalho desse experiente Senador, mas ele não trata em nada da questão de endividamento público. Ele não trata disso!

E nós temos, para dar segurança econômica ao nosso país, que criar gatilhos para que se evite esse aumento que vai acontecer. As palavras do Senador Rogerio aqui foram muito pertinentes: nós não vivemos nesse mundo da fantasia que o meu querido amigo Rogério, brilhante Senador por Sergipe, diz. Nós vamos chegar, no próximo ano, com um crescimento exponencial da dívida pública de nosso país.

E a Emenda 14, que nós pedimos que o senhor acate, faço aqui agora o meu último apelo, senão nós vamos ter que destacá-la, já foi pedido pelo nosso Líder Rogerio Marinho, vem tratar e dar... É mais do que correta a forma como ela está sendo abordada, com 70% nós faríamos uma escada até 80%, que é o limite. Como nós vamos poder corrigir as despesas de nosso país se nós passarmos de 80%?

Então, é esse o apelo que eu faço a V. Exa., para que acate a Emenda 14, de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Omar Aziz, quer fazer uso da palavra?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ninguém vai mais falar?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Tem mais alguém inscrito para falar? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O último inscrito é o Relator, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Primeiro, vou começar pelo Senador Rogerio Marinho, que é o meu vizinho. Antes era o Rogério... Eu tenho dois vizinhos na vida ali, o Rogério Carvalho e, depois, o Rogerio Marinho. Então, eu estou acostumado com os rogérios.

Eu não sou tão pessimista como V. Exa. Eu acredito que o Brasil tem um potencial enorme para crescer e, diferente de outros governos, nós estamos tendo uma regra agora e eu espero que essa regra perdure; perdure por muito tempo e que seja cumprida.

Se você tem um limite de gastos de 70% e outros 30%, e possivelmente terá um excesso de arrecadação, você está se comprometendo já a diminuir a dívida pública, como disse o Senador Rogério, e é uma dívida em real, nós não temos dívida em dólar. Diferentemente dos Estados Unidos que não têm teto de gasto, têm teto de endividamento; a dívida pública americana é muito maior do que a nossa, mas é em dólar, e a nossa é em real.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim, sim, dá licença.

Eu sei que é a moeda deles, mas o Brasil já devia muito em dólar e hoje não deve mais.

Agora, não dá para fazer comparação, até porque eu tenho algumas críticas ao Governo que antecedeu o Governo do Presidente Lula, mas eu acho que não é o momento de a gente estar debatendo essa questão de quem acertou e de quem errou. Todos que passaram pelo Governo, independentemente de quem foi o Presidente, acertaram e erraram. Não tem como você passar anos presidindo ou governando um estado ou sendo o Prefeito de uma cidade e não haver acertos e erros.

O que nós estamos nos propondo neste momento? É tentar procurar o acerto.

O relatório do Deputado Cajado é um relatório muito bem elaborado. Ele teve até mais tempo na Câmara de analisá-lo do que nós estamos tendo aqui no Senado; eles tiveram mais tempo, tiveram mais discussões. Então, ele já trouxe para cá, para o Senado, quando chega ao Senado, um relatório muito bem elaborado. E eu acredito, Senador Rogerio Marinho, que o país vai voltar a crescer, vai voltar.

A questão do Senador Mecias, é lógico que, se fosse possível, a gente ia tirar tudo do arcabouço, e o arcabouço acabava: tira isso, tira aquilo, tira aquilo. Então, tudo é importante. Eu justifiquei – e não teria justificativa para tirar outros segmentos –: o fundo constitucional de Brasília, eu tenho uma justificativa para tirá-lo; o Fundeb, eu tenho uma justificativa para tirá-lo; eu tenho uma justificativa para tirar ciência e tecnologia. Eu não tenho justificativa para tirar a ANA, que me pediu; o Senador Oriovisto, há pouco, falando sobre a questão militar; aí me pede o pessoal da mineração; aí vem outro segmento; vem, vem, vem. São vários. Todos são importantes para o Brasil. De todos nós temos perspectiva boa, mas aí nós não vamos ter um limite de gasto.

A preocupação do Senador Ciro, no art. 14, é natural, eu também tenho essa preocupação. Eu espero que essa dívida baixe a 70% do PIB; hoje, nós estamos em 72%, 73%. Veja só: e tem os gatilhos, Senador Ciro Nogueira, por isso eu não ter acatado a sua emenda. E V. Exa., como qualquer um de nós que estamos aqui, tem interesse que o Brasil dê certo. Tem! V. Exa. foi Ministro, sabe da importância do país e sabe, nas entranhas de um Governo, como funciona. Não é fácil. V. Exa. e o Senador Rogerio Marinho, que foram Ministros, sabem da dificuldade; ele tocando obra sem recurso, esperando e pedindo para a gente arranjar recurso para o Ministério do Desenvolvimento Regional. É ou não é verdade? A Ministra Tereza Cristina, também, com muita dificuldade. Fazer uma política agrícola no maior produtor de grãos do mundo não é fácil, questões ambientais, questões sérias.

Todos nós tentamos contribuir de uma forma ou de outra, independentemente de quem seja o Presidente de plantão, porque o Lula é um Presidente de plantão, como Bolsonaro o foi, como o Temer o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi, como a Dilma o foi, como outros que passaram. O Brasil vai continuar, e a população brasileira vai continuar.

Agora, o que nós não podemos não admitir, neste momento, é que, nos últimos meses, o Brasil voltou a ter uma credibilidade. Existe, sim, a intenção de grandes investimentos. A perspectiva de juros futuros é cair e cair muito. A perspectiva de inflação é cair.

Então, não dá para ser economista do futuro. Eu não sou economista, eu sou engenheiro. A gente sabe de economia do presente, do que está acontecendo e do que aconteceu no passado, mas o que vai acontecer daqui a dois meses, três meses, eu não sou vidente para saber – mas eu tenho uma percepção de que o Brasil volta a ter credibilidade, e, com isso, trazer novos investimentos, e que a gente possa crescer.

Há preocupação? Há preocupação. Agora, nós não estamos atrás de uma recessão. E se a gente não tiver a expectativa de ter recursos para fazer investimentos...

Há pouco o Senador Rogerio Marinho falava sobre privatização. Está aí uma privatização que não foi feita pelo Lula, que não deu certo no país, pelo menos nas cidades do interior: a telecomunicação. Quais são os municípios, no interior da Amazônia, em que celular funciona? Tem um fundo para investir, até hoje não funciona. Internet não funciona, e há quantos anos foi privatizada? No próprio setor de energia, nem todas as empresas privatizadas... Tem empresas que têm perda de 60%, 50%. Antigamente, não... Na Light, lá no meu estado, antigamente era o Governo que tinha que aportar esse recurso, é uma loucura. Se tem alguém, neste Governo, defendendo isso, está defendendo errado. Eu não concordo que a gente tenha que tirar recursos do povo brasileiro para investir em empresas.

Mas, também, V. Exa. tem razão. A Petrobras não fez um investimento nos últimos quatro anos. O que ela fez foi ganhar dividendos. O Congresso está cansado de aprovar leis aqui que beneficiam pessoas e não a população brasileira, e isso eu denuncio, falo. Então, se você for juntar uma coisa à outra, nós vamos ver onde nós estamos deixando recursos que poderiam ser para investimento e para custeio se perderem.

Então, os três que eu retirei do arcabouço foram: o fundo constitucional de Brasília, tem uma justificativa política e técnica e para a boa administração de qualquer Governador que não consegue perder dinheiro; a questão do Fundeb, questão técnica também, não se brinca com a educação; e a questão da ciência e tecnologia foi o fato que aconteceu.

Então, respeito as emendas. Nenhum Senador fez uma emenda à toureiro. Todos analisaram, têm a sua sensibilidade, ou a sensibilidade do Brasil ou regional, como é o caso do Senador Mecias, que colocou aqui a questão de pessoas que estão chegando no Estado de Roraima, no Estado do Amazonas. Tem essa sensibilidade em relação à enfermagem, e não creio que vá faltar dinheiro para a enfermagem, eu não acredito nisso. E acredito, sim, Senador Rogerio Marinho, que o Brasil vai dar certo e a gente independentemente... Não é questão ideológica aqui, todos nós torcemos por isso. Não dá para torcer para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil dar errado achando que o cara que saiu do Governo vai voltar para ser Presidente novamente, fazer oposição. E a oposição que V. Exa. e outros fazem aqui é uma oposição educada e em cima de teses que defendem, que acreditam. E eu também estou aqui, como Relator de uma matéria importante dessas, dizendo aos senhores tudo aquilo que foi possível fazer – e eu conversando com a Câmara para que a gente não fizesse coisas aqui e depois chegassem lá e desfizessem, e a desmoralização que, de vez em quando, acontece.

É isso, Senador. Vamos votar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Já tendo sido encerrada a discussão, em votação o relatório apresentado pelo Senador Omar Aziz, destacadas as Emendas nºs 14 e 36.

O que nós vamos votar é o relatório, a princípio. Em seguida, as duas emendas que foram destacadas, a 14 e a 36.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... permaneçam como se encontram.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Nominal. Queria pedir a V. Exa. que fosse nominal a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Tem que ter apoio de três Senadores. (*Pausa.*)

Tereza, Ciro. (*Pausa.*)

Então, eu peço... Já tem os três. Eu peço que se abra o painel para a votação. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator, "sim". Quem vota contra, "não". (*Pausa.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, permita-me aqui, só para lembrar, porque o Governo recomenda o voto "sim", no texto principal. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores que registraram presença no dia de ontem podem votar pelo aplicativo se assim o desejarem. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente Vanderlan, eu queria fazer uma recomendação em nome do Bloco da Maioria, de que, por favor, votem "sim", em homenagem ao Senador Omar Aziz, pelo brilhante relatório, pelo necessário relatório e pelo bem que esse relatório fará, no curto e no médio prazos, ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Antes de terminar a votação, Sr. Presidente, eu quero fazer um agradecimento ao meu Líder, Otto Alencar, que me indicou para ser Relator desse arcabouço junto ao Presidente Rodrigo Pacheco, pela confiança, Líder Otto Alencar, em me dar essa missão, que não é uma missão de uma lei, é uma missão que a gente espera que seja cumprida pelo resto de nossos dias, e que as mudanças que possam acontecer sejam sempre para melhorar as coisas. E isso eu devo graças à indicação do meu Líder, Otto Alencar, Líder do nosso partido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Vanderlan!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu quero agradecer a V. Exa. e ao Senador Omar Aziz e parabenizar o Senador. Ele trabalhou muito, estudou muito essa matéria, uma matéria complexa, que vai ser a nova regra fiscal do país, uma lei de governo importante.

Desde que aprovada na Câmara dos Deputados, as consequências nos indicadores da economia foram os melhores possíveis. Nós tivemos agora uma desaceleração da inflação: o IPCA de abril deu 0,61%; agora em maio, 0,23%, mostrando já os efeitos do arcabouço fiscal para a segurança jurídica do país; o dólar em queda, em torno de R\$4,77. Enfim, vários indicadores foram positivos nesse período, e nós só esperamos agora, na reunião do Copom, que o Presidente Campos Neto, que tem muita responsabilidade sobre a gestão lá do Banco Central, seja menos conservador e comece a diminuir os juros da taxa Selic. Seria muito importante. Aí ficariam todos os indicadores dentro do patamar que daria as melhores condições para o país.

Ontem, eu li uma matéria no jornal *O Estado de S. Paulo* que o varejo está diminuindo as compras e as indústrias, as empresas estão com o estoque acima daquilo que era esperado ter hoje. Portanto, a única coisa que falta para completar esse ciclo virtuoso que começa agora no Governo Lula seria a diminuição dos juros da taxa Selic.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria fazer essa colocação, e, sem dúvida nenhuma, apoiamos o relatório do Senador Omar Aziz, uma liderança do PSD.

Nós encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A Senadora Dorinha pediu a palavra pela ordem? (*Pausa.*)

Senadora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero, por enquanto, agradecer a disposição e a mudança que o Senador Omar fez em relação ao Fundeb, destacando que, na verdade, desde o teto de gastos, que foi instituído pela Emenda Constitucional 95, a complementação do Fundeb nunca esteve dentro do teto, e, quando nós aprovamos o novo Fundeb, de igual forma estava fora do teto de gastos. É uma transferência obrigatória para estados e municípios.

Então, V. Exa. fez um reconhecimento da história da educação que beneficia mais de 44 milhões de alunos. E não é uma inovação, é uma situação que já estava – a inovação tinha sido feita pela Câmara, porque também não veio nem na proposta inicial do Governo. Então, é extremamente acertado.

Já fiz parte várias vezes da Comissão de Orçamento, e não tem regra fiscal que mais comprometa, inclusive as prioridades de país, no formato das que nós tínhamos no teto de gastos, porque, por várias vezes, o relatório da receita apontava recursos disponíveis, e nós não podíamos alocá-los nas áreas prioritárias ou de escolha, inclusive do próprio Congresso. Então, parabéns pelo acerto!

E a nossa expectativa é tanto na atenção em relação ao fundo constitucional de Brasília – que, de igual forma, entendo extremamente acertado –, como na questão da educação e do magistério, e, logicamente, na de ciência e tecnologia. O país precisa investir na ciência e tecnologia.

Parabéns ao nosso Relator!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Após a Senadora Dorinha, Senador Izalci.

Pela ordem, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não posso deixar de, mais uma vez, agradecer – e parabenizar, realmente, pela sensibilidade – ao Relator Omar Aziz, que, atendendo emendas de vários Senadores, acatou a questão do Fundo Constitucional do DF. V. Exa. sabe a importância da capital, da gestão da capital do país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabei de falar novamente aqui com o Senador Renan Calheiros, a quem não me canso de elogiar pela iniciativa da ciência e tecnologia, pela sensibilidade. Não tem sentido as pessoas quererem cortar recursos de ciência e tecnologia. Então, Renan, eterna gratidão! Eu, que estou aqui desde a Câmara dos Deputados, sempre fui Presidente da Frente de Ciência e Tecnologia, e a sua iniciativa foi maravilhosa. E evidentemente pelo Fundeb, que são os três pontos principais. O Fundeb realmente é fundamental. Acho que os Senadores demonstraram aqui que educação é prioridade. Eu estava preocupado com isso. Mas agora, na votação, eu não tenho dúvida que, de fato, não é só discurso, é também prioridade de recurso.

E quero parabenizar V. Exa. pela condução aqui também desta reunião.

O PSDB orienta o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Eu peço que abra o painel para proclamarmos o resultado.

(Procede-se à apuração.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Como já foi, Senador Paim, o senhor pode declarar o voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – O meu voto foi "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Voto "sim" do Senador. Eu peço que registre aí, a Mesa, o voto "sim" pela aprovação do arcabouço fiscal.

SIM, 19; NÃO, 6.

Está aprovado o relatório do Senador Omar Aziz, ressalvadas as Emendas nºs 14 e 36. (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O Presidente do PP votou contra Brasília, viu!

Você, que é Vice-Governadora do PP, o Presidente do PP votou contra vocês.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Coloco em votação a Emenda nº 14, destacada pelo requerimento dos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho.

Da mesma forma, consulto os Senadores e as Senadoras se querem que a votação seja nominal. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não pode? (*Pausa.*)

A Mesa informa aqui que votação nominal só uma hora depois.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não, perfeito.

Eu quero fazer a defesa do destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O senhor está com a palavra, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu queria reconhecer o trabalho do nosso brilhante Relator, que fez sobre um tema tão importante para o nosso país no dia de hoje. Mas quero voltar a dizer que ele não tratou de uma situação mais do que importante para o nosso país, que diz respeito ao nosso endividamento. A proposta do Governo se limitou apenas em declarar o princípio da política fiscal, para ter um limite sustentável para a dívida pública, e que os resultados fiscais deveriam garantir essa trajetória. Porém, eu quero ressaltar, Sr. Relator, que nada disso foi trazido de forma objetiva para o texto, considerando os vários dispositivos que tratam do crescimento da despesa, que está intimamente ligada ao crescimento da arrecadação, porém sem qualquer relação efetiva com o endividamento público.

É importante registrar a preocupação de diversos agentes sobre o tema, inclusive expressos ontem aqui pelos debatedores, Dr. José Márcio e Marcos José Mendes. A partir de simulações apresentadas, mostraram que poderiam levar a dívida pública à casa dos 93% em 2033. Mais ainda, a proposta, como se encontra, não traz elementos efetivos para a estabilização dessa relação.

Não vou me estender muito sobre isso, Sr. Presidente, haja vista que diversos registros já foram feitos por especialistas e outros Senadores nesta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Porém...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pessoal, silêncio, por favor. O Senador está fazendo a defesa da sua emenda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Porém, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas. para a algumas informações que eu julgo relevantes. A relação entre dívida bruta do Governo Federal e o PIB acrescentou trajetória de forte alta de 2013 a 2018, passando de 51% para 75%.

(*Soa a campainha.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Durante a pandemia, houve forte crescimento da dívida, que atingiu 86,9% em 2020. O Brasil conseguiu, com muito trabalho, reduzir o seu endividamento, recuando de 78%, em 2021, para 72% em 2022, a partir do compromisso efetivo do Governo do Presidente Bolsonaro com a condução de política econômica implementada pelo nosso Ministro Guedes, mesmo com efeito da pandemia e da guerra da Rússia e da Ucrânia, que afetaram de maneira significativa o desempenho da economia mundial.

Para os próximos anos, a dívida deve voltar a subir de maneira significativa.

(Soa a campainha.)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Segundo estimativas oficiais do Ministério do Planejamento no envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, a relação dívida/PIB deve se aproximar de 80% do PIB em 2026. Esse percentual, Sr. Presidente, é muito elevado, quando consideramos a experiência internacional. Devemos, então, adotar medidas para conter a expansão do endividamento público para reduzir o pagamento de juros e garantir a estabilidade macroeconômica de nosso país, criando condições adequadas para o crescimento socioeconômico que, eu tenho certeza, nos levará a uma estabilidade se isso acontecer nos próximos anos.

Julgamos, portanto, que o texto até o momento não trata de forma adequada essa questão. Nesse sentido, a nossa Emenda 14 busca propor alguns mecanismos mais efetivos para balizar a relação dívida/PIB. Estamos convencidos de que, ao propor essa emenda, a combinação de patamares mais objetivos da nossa dívida, combinado crescimento real da despesa pública, trará mais credibilidade e confiança ao marco fiscal de nosso país.

Peço o apoio de todos os Senadores para essa emenda. Tenho certeza que será bom para o país e para o próprio Governo se ela for aprovada por esta Casa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para discutir, Sr. Presidente. Não, é para defender.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Bom, primeiro eu quero retomar aqui um debate importante.

A dívida pública brasileira tem, dentro dela, parte que é responsabilidade do Banco Central. Se a nossa dívida pública hoje é 72%, o Banco Central é responsável por 11% dessa dívida pública. Tem os instrumentos para resolver e não tem resolvido, que é substituir operação compromissada, dívida de curto prazo, para fazer gestão de liquidez interbancária, para fazer gestão monetária.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, se o Banco Central estivesse cumprindo essa tarefa, a nossa dívida pública, hoje, poderia estar beirando os 60%.

A outra questão é que dívida pública, nessas condições atuais, não é só uma questão fiscal. Tem uma dimensão monetária, como eu estou explicando de forma objetiva: 11% essa dívida pública, R\$1 trilhão, não era para existir.

Portanto, o Brasil teria hoje uma dívida pública de 61% do PIB. E, se tivermos crescimento de 2%, como está previsto para este ano, 2,5%, essa relação dívida/PIB vai diminuir. Se a gente mantém o investimento público, se a gente mantém o crescimento econômico de forma linear, com a possibilidade que o novo arcabouço fiscal traz para que haja investimento público, para que haja possibilidade de quebrar o ciclo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que é o ciclo de contração permanente da economia, nós vamos ter crescimento do PIB e, portanto, uma redução da relação dívida/PIB.

Mas é fundamental que a gente entenda o que é trazer para dentro de um arcabouço fiscal essa variável que não depende somente da autoridade fiscal, mas também da autoridade monetária, autoridade monetária essa que tem autonomia. E a gente está sofrendo o preço da autonomia agora, porque já deveriam ter reduzido essa dívida pública em 11% do PIB.

Eles conseguiram tirar R\$80 bilhões só para poder equacionar a liquidez para os bancos operarem o Pix. Não fosse isso, não tinha reduzido nada através desse instrumento monetário que o Congresso Nacional aprovou.

Por isso nós defendemos o "não" ao destaque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não cabe.

Em defesa da emenda, falou o Senador Ciro; e, em defesa do relatório, contrário à emenda, Rogério.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu peço uma gentileza a V. Exa., já que é coisa, me parece, avassaladora, que não vai ter dificuldade – é até uma vênia –: que tivéssemos dois de cada lado, se fosse possível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. já permitiu que Senadores e Senadoras falassem o tempo que quisessem, tem que ter tempo aqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Falarei em três minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aqui, nós estamos fazendo um discurso de 15 minutos, 20 minutos.

V. Exa. não estipulou um tempo. E nós ainda temos a sabatina, que já iniciou. E eu tenho que participar também, e muitos de vocês têm que participar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Coloco em votação a Emenda nº 14, destacada pelo requerimento dos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório do Senador Omar Aziz permaneçam como se encontram, e os contrários, favoráveis à emenda dos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho, ou se levantem ou levantem a mão. (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Registro aqui contrários o Senador Rogerio Marinho, o Senador Ciro, o Senador Mecias, o Senador Laércio e a Senadora Tereza.

Está rejeitada a emenda dos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho.

Coloco em votação a Emenda nº 36, destacada pelo requerimento do Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus, em defesa da sua emenda.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Presidente, a minha emenda é tão somente em defesa da classe de enfermagem. E não é... Eu quero deixar bem claro para todos os Senadores que não há uma disputa aqui com o Senador Omar Aziz, pelo contrário. O Senador Omar tem todo o nosso respeito, admiração, está certo, pela forma competente com que ele se propõe a fazer e como ele fez esse relatório.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção do Plenário para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu pediria a todos os que estão presentes manterem silêncio. Já estamos terminando a votação, é questão aí de minutos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não é um embate, Sr. Presidente, contra o Governo, porque o Governo não propôs colocar o piso da enfermagem no teto. Quem colocou foi a Câmara dos Deputados, não foi o Governo que propôs isso. Até porque eu acredito que o Governo entende que, estando fora do teto, o Governo terá mais condições de ajudar os municípios brasileiros, os estados e, consequentemente, ajudar a classe de enfermagem. A gente não pode esquecer que, quando a gente chega a um hospital em que a gente está precisando de médico, quem primeiro nos recebe é o auxiliar de enfermagem, é o técnico de enfermagem, é o enfermeiro, que passa a nossa situação, a situação do paciente, para que o médico possa atender.

Então, o nosso pedido, Sr. Presidente, é em favor da classe de enfermagem porque, se nós considerarmos, Sr. Presidente, valores de maior envergadura, poderemos prejudicar a correção dos valores do denominado piso da enfermagem. Sabe o que vai acontecer, Presidente, se ficar fora da enfermagem? Em pouco tempo, esse piso que o Senado, que o Congresso deu para a enfermagem vai ficar apenas nominal, porque as prefeituras e os estados não vão ter condições de corrigir o salário deles depois.

É o meu pedido, é o pedido que faço a todos os Senadores: que votem a favor do destaque da enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Como Relator.) – Senador Mecias, entendo perfeitamente. Também sou favorável não só à categoria dos enfermeiros, mas a outros segmentos.

O que nós fizemos pela enfermagem aqui é algo inédito. Nós aprovamos o piso da enfermagem. Vamos ser sinceros, porque nós comprometemos todos os municípios. Você compromete administrações até particulares porque – o Senador Otto lembra disso – nós tínhamos uma pressão muito grande do setor privado para que não se votasse o piso e nós votamos. Eu fui uma das pessoas que mais defenderam essa questão aqui. E não era só prejudicando prefeituras não. Você tem unidades hospitalares particulares que também têm que se adequar a isso aí: aumento de plano de saúde... Tem uma cadeia, e nós assumimos essa responsabilidade e valorizamos os enfermeiros brasileiros. Fizemos isso.

Não creio, veja bem, que irá faltar recurso, até porque você tem uma regra para você fazer os reajustes, data-base e tudo o mais que todos os estados e municípios na maioria têm.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo que vão ser prejudicados os enfermeiros. Agora, é aquela coisa: os enfermeiros são importantes? São superimportantes. Qualquer categoria é importante, não tenha dúvida nenhuma. Os médicos são importantes também, correto? Os médicos são importantes. Qualquer segmento é importante.

No meu ponto de vista, veja bem, se o Governo que tirou, é só vetar. Simples, correto? Se o Governo tiver interesse, veta. Agora, se eu tiver que fazer essas mudanças todas... Porque o entendimento que nós tivemos que ter com a Câmara, Senador Mecias, não foi um entendimento: "Ah, vamos fazer aqui e votar lá". Não é bem assim. V. Exa. sabe muito bem que eu tive a humildade suficiente para discutir essa matéria, conversar sobre essa matéria. E estou lhe falando isso porque não tem ninguém que defendeu mais o piso. E pressão a gente recebeu, e muita. Não foi só de prefeitos preocupados; foi da iniciativa privada preocupada também porque tem uma série de unidades.

Nós valorizamos e vamos manter essa valorização dos enfermeiros, não tenha dúvida nenhuma. Não creio que este Governo tenha qualquer interesse de prejudicar os enfermeiros.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu só queria complementar, pedindo vênia ao Senador Mecias, que os dois itens que foram tirados do arcabouço, todos os dois tinham previsão ou constitucional no caso do Fundeb, ou legal de reajuste, que era o fundo de Brasília e o Fundeb. Por isso eles foram tirados porque eles já têm uma regra própria.

Todo o resto, inclusive o setor de saúde como um todo, está dentro do arcabouço exatamente. Ele não está impedido de ter reajuste: ele terá o reajuste, acompanhando o próprio setor de saúde que vai ter. Então, ninguém está dizendo que não vai ter reajuste ao piso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Vai ter!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vai depender de uma decisão de Governo, limitado àquilo que o arcabouço impuser como a todos.

Então, peço vênia a V. Exa. – eu concordo com o Senador Omar: nós já fizemos o grande salto, que foi estabelecer esse piso. E quero crer que, na medida em que a economia for permitindo, o Governo vá evoluindo, evidentemente dentro desse regramento.

Então, eu, pedindo vênia ao Senador Mecias, peço pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Coloco em votação a Emenda nº 36, destacada pelo requerimento do Senador Mecias de Jesus.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Os demais, da mesma forma, podem levantar as mãos. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. Os demais podem se manifestar levantando a mão... Que são favoráveis ao destaque levantem a mão. Ou podem ficar em pé também. (*Pausa.*)

Então, aprovado o relatório, com voto contrário do Senador Mecias, que votou contrário, da Senadora Tereza, do Senador Ciro, do Senador Rogerio Marinho, da Senadora Professora Dorinha e do Senador Cid. Votos contrários.

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1, 39, 44, 48, 49 (com ajuste redacional), 50, 51, 56...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pessoal, nós não terminamos ainda a reunião. Por favor, mantenham-se em silêncio.

... (com ajuste redacional), 50, 51, 56, 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82, da CAE; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 35, 60, 66 e 69 (na forma das Emendas nºs 76 e 81, da CAE); pela prejudicialidade das Emendas nºs 5, 17, 65, e pela rejeição das demais emendas.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos e suspensa às 13 horas e 54 minutos do dia 20/06/2023, a reunião é reaberta às 9 horas e 12 minutos e encerrada às 10 horas e 39 minutos do dia 21/06/2023.*)